

ADRIANA KARLA DE LIMA
HERIBERTO ALVES DOS ANJOS

organização

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO:

EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS
NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

LIVRO DIGITAL

www.editoratiradentes.com.br



Grupo Tiradentes

Conselho de Administração

Amélia Maria Cerqueira Uchôa
Dionísio Cerqueira Uchôa
José Henrique Paim
Jouberto Uchôa de Mendonça
Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior
Marília Cerqueira Uchôa Santa Rosa
Tarsila Carvalho (Presidente)



Diretor-executivo do Grupo Tiradentes

Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior

Diretora da Editora Universitária Tiradentes - Edunit

Cristiane de Magalhães Porto

Universidade Tiradentes

Reitor

Jouberto Uchôa de Mendonça

Vice-Reitor

Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior

Diretor de Relações Institucionais

Valter Joviniano de Santana Filho

Diretor Acadêmico

Marcos Wandir Nery Lobão

Pró-reitoria de Graduação e Extensão

Ronaldo Nunes Linhares

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Patrícia Severino



Editora Universitária Tiradentes

Diretora

Cristiane Porto

Administrativo

Claudilene Barboza

Produção Gráfica

Igor Bento

Conselho Editorial

Luiz Rafael dos Santos Andrade
Simone Silveira Amorim
Grasielle Borges Vieira de Carvalho
Claudia Moura Melo
Giancarlo Richard Salazar Santos



ADRIANA KARLA DE LIMA
HERIBERTO ALVES DOS ANJOS
Organização

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO:

EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS
NA FORMAÇÃO ACADÊMICA



EDUNIT

Aracaju - Sergipe
2026

Produção Editorial

Revisão
Ana Regina Messias

Edição
Cristiane Porto

Capa e Diagramação
Igor Bento



Direitos autorais 2026

Direitos para essa edição cedidos à EDUNIT.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EDITORA
UNIVERSITÁRIA
TIRADENTES



Av. Murilo Dantas, 300 Farolândia

Bloco F - Sala 11 - 1º andar

Aracaju - Sergipe

CEP 49032-490

<http://www.editoratiradentes.com.br>

E-mail: editora@unit.br

Fone: (79) 3218-2138/2185

C976

Curricularização da formação da extensão: experiências extensionistas na formação acadêmica [recurso eletrônico] / organização [de] Adriana Karla de Lima, Heriberto Alves dos Anjos. - Aracaju, SE : EDUNIT, 2026.

108 p.

ISBN: 978-65-88303-38-2

DOI: 10.17564/2026.88303.38.2

1. Extensão universitária. 2. Educação. 3. Formação acadêmica. 4. Práticas extensionistas. I. Lima, Adriana Karla de. II. Anjos, Heriberto Alves dos. III. Título.

CDU: 378.035(813.7)

SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio <i>Marcos Wandir Nery Lobão</i>	10
1 - Inovação na educação: como a aprendizagem baseada em projetos redefine o ensino e a aprendizagem <i>Michelline Roberta Simões do Nascimento, Ana Claudia de Ataíde Almeida Mota</i>	12
2 - Interface pesquisa e extensão: estratégias metodológicas para o desenvolvimento de projetos <i>Adriana Karla de Lima, Heriberto Alves dos Anjos</i>	23
3 - Atividade interdisciplinar: desenvolvendo o pensamento crítico e a criatividade para a resolução de problemas complexos <i>Roseli Pereira Nunes Bastos</i>	35
4 - Práticas extensionistas na formação médica <i>Aline Barreto Hora, Gabrielle Barrozo Novais Monteiro</i>	48
5 - Extensão universitária na medicina: entre os desafios e transformações <i>Guilherme Caxico de Abreu, Felipe Mendes de Andrade de Carvalho</i>	59
6 - O papel da extensão na formação humanizada: cuidados estéticos em pacientes em tratamento oncológico <i>Cinthia Meireles Batista, Ingrid Borges Siqueira</i>	67

7 - Impacto social das práticas inovadoras em projeto de extensão (PIPEX) na nutrição: reflexões sobre a formação acadêmica, o papel do docente e os benefícios para a sociedade	77
---	-----------

*Tatiana Maria Palmeira dos Santos, Thais Trindade de Brito Ribeiro,
Ticiane Clair Remacre Munareto Lima*

8 - Compartilhando experiências, construindo soluções: uma análise de exemplos de metodologias participativas no ensino do direito	89
---	-----------

Hannah Silva Linhares, João Vitor da Silva Batista

Autores (as)	102
---------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Este livro nasce do compromisso de contribuir com o arcabouço literário que fortalece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforça a formação integral dos discentes e o fortalecimento do impacto social das instituições de ensino superior.

A curricularização da extensão, prevista pelas diretrizes nacionais da educação superior, representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para repensar o papel da universidade e o seu impacto na sociedade. Nesse sentido, esta obra traz algumas reflexões sobre inovação na educação, a relação da pesquisa com a extensão, além de reunir experiências docentes vivenciadas nos componentes curriculares de extensão da Universidade Tiradentes, apresentando metodologias, estratégias pedagógicas e relatos de práticas que traduzem as múltiplas facetas desse processo.

Mais do que um registro institucional, a obra se constitui como um espaço de partilha e inspiração para docentes, discentes e gestores que buscam alinhar a prática pedagógica ao compromisso social da educação superior. Cada experiência relatada reafirma o potencial da extensão universitária em articular saberes, valorizar o protagonismo dos alunos e promover transformações significativas nas comunidades locais e regionais.

A sequência metodológica parte das bases conceituais e pedagógicas da curricularização da extensão, avança para a discussão de estratégias inovadoras e, posteriormente, apresenta experiências extensionistas em diferentes áreas do conhecimento, evidenciando a diversidade de práticas e o potencial transformador da extensão na formação acadêmica e na relação universidade–sociedade.

O primeiro capítulo, *Inovação na educação: como a Aprendizagem Baseada em Projetos redefine o ensino e a aprendizagem*, estabelece o alicerce teórico da obra ao discutir a necessidade de inovação pedagógica no ensino superior. Ao apresentar a Aprendizagem Baseada em Projetos

como estratégia central para a curricularização da extensão, o capítulo evidencia como metodologias ativas favorecem o protagonismo discente, a aprendizagem significativa e a articulação entre universidade e comunidade, alinhando-se às diretrizes nacionais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na sequência, o capítulo *Interface pesquisa e extensão: estratégias metodológicas para o desenvolvimento de projetos* aprofunda a discussão metodológica ao analisar a relação entre pesquisa e extensão como eixo estruturante das práticas extensionistas. Ao destacar estratégias como a pesquisa-ação e o diagnóstico social participativo, o texto demonstra como a produção do conhecimento pode subsidiar intervenções socialmente contextualizadas, fortalecendo o impacto das ações extensionistas e a formação crítica dos estudantes.

O terceiro capítulo, *Atividade interdisciplinar: desenvolvendo o pensamento crítico e a criatividade para a resolução de problemas complexos*, amplia o debate ao abordar a interdisciplinaridade como princípio pedagógico fundamental para o enfrentamento de problemas sociais complexos. Por meio de um relato de experiência, o capítulo evidencia a extensão como espaço privilegiado para a integração de saberes, o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da cooperação, reforçando o papel formativo da universidade na construção de soluções socialmente comprometidas.

A partir desse arcabouço teórico-metodológico, os capítulos seguintes apresentam experiências extensionistas em áreas específicas da formação profissional. O capítulo *Práticas extensionistas na formação médica* analisa a contribuição da extensão para a formação crítica, ética e humanizada no curso de Medicina, destacando a articulação entre metodologias ativas, territórios reais de atuação e os princípios do Sistema Único de Saúde. Complementarmente, o capítulo *Extensão universitária na Medicina: entre os desafios e transformações* aprofunda essa discussão ao refletir sobre os desafios institucionais, pedagógicos e geracionais envolvidos na implementação da extensão curricularizada, a partir das percepções de docentes e discentes.

Na área da saúde e do cuidado, o capítulo *O papel da extensão na formação humanizada: cuidados estéticos em pacientes em tratamento oncológico* evidencia a extensão como eixo estruturante da formação técnica e humanística no curso de Estética e Cosmética, demonstrando como práticas extensionistas podem promover o cuidado integral, a empatia e a responsabilidade social em contextos de vulnerabilidade.

O impacto social das Práticas Inovadoras em Projetos de Extensão (PIPEX) na Nutrição retoma e consolida os princípios discutidos ao longo da obra, analisando o impacto social das ações extensionistas na formação acadêmica, no papel do docente e nos benefícios gerados para a sociedade. Ao evidenciar a progressão pedagógica e o alcance social das práticas desenvolvidas no curso de Nutrição, o capítulo reafirma a extensão como eixo estruturante do currículo e como instrumento efetivo de transformação social.

O livro também contempla reflexões no campo das ciências sociais aplicadas, com o capítulo *Compartilhando experiências, construindo soluções: uma análise de exemplos de metodologias participativas no ensino do Direito*, que problematiza a crise do ensino jurídico e apresenta a extensão universitária e as metodologias participativas como caminhos para a formação crítica, cidadã e socialmente comprometida dos futuros profissionais do Direito.

Assim, ao articular fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e experiências extensionistas em diferentes áreas do conhecimento, esta obra reafirma a curricularização da extensão como um caminho potente para a construção de uma educação superior socialmente referenciada, comprometida com a formação integral dos estudantes e com a transformação das realidades em que a universidade está inserida.

Adriana Karla de Lima
Heriberto Alves dos Anjos
Organizadores

PREFÁCIO

A educação superior brasileira vive um momento de profunda resignificação, a exemplo da aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE para o período de 2026 a 2035. A implementação da curricularização da extensão é outro exemplo, ainda estabelecida como meta no PNE de 2014 a 2024, foi consolidada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 e deixou de ser apenas uma exigência normativa para se tornar a base de uma formação acadêmica que se pretende integral, ética e socialmente comprometida. É neste cenário de transformação que nasce esta obra: um convite à reflexão e, sobretudo, um guia prático para a ação docente.

Este livro não é meramente um registro institucional; é um ecossistema de partilha. Ele reafirma o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apresentando a universidade não como uma torre de marfim, mas como um agente vivo de transformação social. Através das páginas deste guia, o leitor encontrará o alicerce para transpor os desafios pedagógicos e abraçar as oportunidades de repensar o papel da educação na sociedade contemporânea.

As experiências aqui reunidas, oriundas da trajetória dos professores da Universidade Tiradentes, iniciadas no segundo semestre de 2021, oferecem subsídios valiosos para gestores e educadores que buscam alinhar suas práticas ao protagonismo discente e ao impacto social. Na instituição, foi criado um ambiente baseado na interação, colaboração e troca entre diferentes participantes: professores, estudantes, gestores e parceiros, visando o desenvolvimento coletivo e a circulação de conhecimento, recursos e experiências.

A organização dos capítulos foi pensada para guiar o leitor desde o fundamento teórico até a aplicação prática em diversas áreas do saber, trazendo a inovação pedagógica com o uso da *Aprendizagem Baseada em Projetos* (PBL) como estratégia central para redefinir o ensino e promover a aprendizagem significativa; o rigor metodológico com a análise da interface entre pesquisa e extensão, destacando a pesquisa-ação e o diagnóstico social participativo como ferramentas de intervenção contextualizada; a interdisciplinaridade com o exercício do pensamento crítico e

da criatividade na resolução de problemas complexos, integrando saberes de forma colaborativa; e experiências dos cursos com relatos de práticas transformadoras em áreas como: Medicina (articulação entre metodologias ativas e o Sistema Único de Saúde - SUS), Estética e Cosmética (o papel da extensão no cuidado humanizado a pacientes oncológicos), Nutrição (o impacto das Práticas Inovadoras em Projetos de Extensão (PIPEX) na formação profissional), Direito (o uso de metodologias participativas para uma formação jurídica mais cidadã e crítica)

A expectativa é que este Guia de Boas Práticas Docentes funcione como um farol para as instituições de ensino superior. Que cada relato aqui contido sirva de inspiração para consolidar a cultura extensionista como o eixo estruturante da formação de nossos estudantes, promovendo soluções que transformem, de fato, as realidades locais e regionais.

Desejo a todos uma leitura instigante e, acima de tudo, uma prática docente renovada.

Prof. Dr. Marcos Wandir Nery Lobão

Diretor Acadêmico da Universidade Tiradentes

INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO: COMO A APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS REDEFINE O ENSINO E A APRENDIZAGEM

Michelline Roberta Simões do Nascimento

Ana Claudia de Ataide Almeida Mota

A educação requer inovação e criatividade, que implica desenvolver e estar atento às novas práticas docentes mediadas em redes formativas de aprendizagem. As instituições de ensino exercem um papel primordial no processo de desenvolvimento econômico e social de um país. Conforme pontua a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de formar o capital humano e o capital social para o desenvolvimento individual e coletivo de uma sociedade. Integradas às estratégias, metodologias e práticas do aprender a aprender contínuo, elas devem estruturar as mudanças qualitativas necessárias ao modelo de ensino da economia e do conhecimento. Ao ampliar tal reflexão, estudos e pesquisas apontam que o mundo do trabalho exigirá competências primordiais que serão requeridas pelo mercado, o que ocasionará mudanças significativas na forma de ensinar e conseqüentemente de aprender. Agregar valor frente à inovação será um diferencial fundamental e deve ser levado em consideração nos projetos de vida de cada estudante e por certo, contribuirá para a formação dos profissionais do futuro.

Este preâmbulo nos ajuda a refletir sobre a premissa de que vivenciamos um momento de grandes transformações, o que implica em repensar o papel das instituições de educação superior, como objeto de análise, discussão e tomada de decisões em todo mundo. Nesse contexto de transformação, que também é geracional, torna-se crucial repensar as metodologias de ensino para garantir que as instituições de educação superior estejam preparando os alunos para as demandas do futuro, in-

cluindo o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes apontadas pelo Fórum Econômico Mundial (FEA), atrelados aos aspectos técnicos e socioemocionais.

Dentre as 15 habilidades listadas no Fórum Econômico Mundial para o futuro do trabalho, temos a aprendizagem contínua, a qual está relacionada a demandas reais do mundo do trabalho, além do protagonismo do estudante, que se destaca como um elemento fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos por meio das *soft skills* e *hard skills*. Modelagens curriculares inovadoras, dentre elas, aquelas que adotam a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), podem fomentar significativamente o desenvolvimento dessas competências, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, colaborativo e relevante para os desafios do século XXI. O presente artigo se ancora no conceito de Bender (2014), no qual afirma-se que a ABP pode ser definida pela utilização de projetos autênticos e realistas, baseados em uma questão, tarefa ou problema altamente motivador e envolvente, para ensinar conteúdos acadêmicos aos alunos no contexto de trabalho cooperativo para a resolução de problema. [...] A investigação dos alunos é profundamente integrada à aprendizagem baseada em projetos, e como eles têm, em geral, algum poder de escolha em relação ao projeto de seu grupo e aos métodos a serem usados para desenvolvê-los, eles tendem a ter uma motivação muito maior para trabalhar de forma diligente na resolução de problemas (2014, p. 15).

A ABP integra, dessa forma, um grupo das metodologias e práticas de ensino ativo em que a modelagem dos currículos consiste em possibilitar aos estudantes o envolvimento em situações de aprendizagem que os estimule a resolver problemas do mundo real por meio de projetos.

A adoção de uma modelagem por meio da ABP busca atender aos desafios do contexto sociocultural contemporâneo que provoca as instituições de ensino a repensar sua trajetória em busca de inovação. Este é um movimento natural em um mundo globalizado que exige dos indivíduos visão articulada, sistêmica e permita aos aprendentes experiências exitosas. Trata-se de obter uma mudança atitudinal. O processo pedagógico se dá, portanto, à medida que se alinha a prática educativa à necessidade intrapsíquica de transformação pessoal para melhor atuar

como profissional. Pedagógico, nesta concepção, refere-se a todo o contexto do processo de educação, que vai além dos saberes, metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem e considera a indissociabilidade entre a prática educativa e sua teorização. Com essa configuração pretende-se estabelecer a interlocução entre o pensar e o fazer, numa proposta de aprender fazendo e sentindo, comprometendo-se e realizando. Nesta perspectiva, a intencionalidade pedagógica é um elemento definidor para potencializar a aprendizagem do estudante de forma significativa. O educando necessita ter clareza do que se espera que ele aprenda, bem como a importância, a partir de uma competência geral, objetivos e estratégias de aprendizagem e, sobretudo, de uma avaliação transparente. Ou seja, ele necessita encontrar sentido nesse movimento de aprendizagem. Para Charlot (2025) “Não há saber senão na relação com o saber. Toda relação com o saber é também relação com mundo, com os outros e consigo. Não existe saber se não está em jogo a relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo” (informação verbal).

No fazer pedagógico desse modelo, o aluno é exposto à construção do conhecimento, aliando-se à fundamentação teórica e à prática no contexto de ensino, a inserção das competências na realidade de atuação profissional, potencializa e compartilha a possibilidade de investigação nos diversos campos de atuação.

Diante de um cenário desafiador, é importante destacar que se faz necessário refletir sobre as oportunidades e dificuldades para a efetiva implementação da ABP. É imprescindível, portanto, que o papel do professor como mediador, seja pautado para atuar como um guia que estimula a autonomia e o protagonismo dos alunos na estruturação da aprendizagem, o que implica em mudança de comportamento. Obviamente, essa afirmação é bastante difundida, entretanto, efetivá-la torna-se bastante desafiador, uma vez que enfrentamos diversidade de situações, dentre elas a mais urgente, a formação continuada docente. Aqui se faz necessário uma reflexão do papel do professor e do grande desafio que perpassa pela valorização da carreira, políticas institucionais que fomentem e incentivem o aprimoramento e principalmente que proponham formações relevantes, flexíveis que integrem os aspectos pedagógicos e ainda que estes estejam alinhados às suas formações.

Existe um paradoxo, sobretudo no ensino superior, acerca da atuação docente, baseada numa aprendizagem por competências, valendo-se da ABP como principal estratégia metodológica. O docente na universidade, e não licenciado, vivenciou uma trajetória acadêmica que o formou para ser pesquisador, seja a nível de mestrado ou doutorado. Nesse movimento do ensinar e aprender, é natural que ele tenda a reproduzir os mesmos padrões que foram implementados pelos seus professores durante a sua formação, o que carece, portanto de uma tomada de consciência no sentido de se compreender que ser professor é profissão e, portanto, implica em estar aberto a aprender, reaprender e aprender novamente. Zabala em sua obra “Ensinar e aprender competências” afirma:

entendemos que todo projeto de ensino significa uma intencionalidade que fixa seus resultados em uma aplicação futura e que, por isso, é imprevisível. Educa-se com uma finalidade que não é imediata, mas que tem o propósito de que o que agora é ensinado e aprendido em um contexto escolar possa ser utilizado, no momento certo, na realidade, na ocasião em que esses conhecimentos, habilidades ou atitudes aprendidas se façam necessárias e, portanto, nunca serão empregadas tal como foram ensinadas em aula. De modo definitivo, estamos falando de uma circunstância que foi comum ao longo de toda a história da educação. Sempre que na vida cotidiana intervimos e resolvemos os problemas que ela nos apresenta, estamos atuando de forma competente. Agir dessa forma implica utilizar competências que nunca nos foram ensinadas como competências, mas das quais aprendemos, ainda que separadamente, seus componentes conceituais, procedimentais e atitudinais, na maioria dos casos, desligados de necessidades e situações mais ou menos reais. Todavia, muitas vezes somos capazes de converter aquelas aprendizagens descontextualizadas em ações mais ou menos competentes. (2014, p. 130)

As instituições de ensino devem assumir um papel de liderança na mudança de paradigmas educacionais, investindo na formação continuada de professores, na criação de infraestrutura adequada e no incentivo à pesquisa sobre a ABP, promovendo, assim, a adoção de modelos pedagógicos disruptivos que preparem os alunos para os desafios

do futuro. A mudança de paradigma no que se refere a forma como ocorre a aula, o investimento em formação docente, a disponibilidade de recursos de tecnologia, a compreensão sobre o processo avaliativo, a infraestrutura física, são dessa forma, alguns indicadores importantes a serem acompanhados e que devem ter investimento de longo prazo para que se alcance os resultados almejados.

Diante de tais perspectivas, se faz necessário sistematizar etapas a serem vivenciadas no modelo e que favoreceram o processo de aprendizagem dos estudantes para que se implementem, de fato, tais mudanças. Aqui, destacamos aquelas que julgamos imprescindíveis, dentre os quais: definição da competência geral e das competências específicas a serem integralizadas em cada componente, alinhadas aos objetivos de aprendizagem de cada projeto e às entregas previstas; definição dos produtos a serem entregues, alinhados à prática de formação e atuação profissional; definição das estratégias metodológicas que melhor potencializem o processo de aprendizagem e torne o estudante protagonista; utilização de recursos de tecnologia como elementos agregadores e processo avaliativo contínuo, transparente, mediado pelos processos de autoavaliação e avaliação interpares.

Alinhados a esses elementos, o momento da aula passa a ser um espaço de compartilhamento em que a verificação da aprendizagem ganha uma dinâmica diferenciada, seguindo uma trilha previamente estabelecida e planejada com total intencionalidade pedagógica. As etapas, dentre outras a serem incluídas pelo docente, de acordo com as necessidades do seu componente, devem seguir minimamente a retomada dos conhecimentos mobilizados no encontro anterior, a apresentação dos objetivos de aprendizagem, o desenvolvimento do conteúdo previamente definido para o encontro e, por fim, a verificação de aprendizagem. Neste item, faz-se de fundamental importância que o estudante tenha clareza do que se espera que ele aprenda até o final desse processo. É importante relatar que o modelo requer uma ampliação do conceito de aula como espaço somente de exposição por parte do docente, e que o transformem em experiências significativas de aprendizagem. Tais momentos continuam sendo necessários, entretanto, eles ocorrem dentro de cenários de aprendizagem que estão normalmente alinhados à retomada de conhecimentos, aos

desafios propostos para cada encontro e ainda aos fechamentos de aula e, principalmente, à centralidade do estudante como protagonista desse processo de aprendizagem, no qual o aluno ganha posição de destaque.

Nessa perspectiva, cabe destacar que a ABP reverbera nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, a qual preconiza o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ao promover o protagonismo do aluno, a aprendizagem ativa e a conexão com o mundo real, a ABP contribui para que os estudantes desenvolvam as competências e habilidades necessárias para se tornarem cidadãos críticos, participativos e preparados para os desafios do século XXI, alinhando-se, assim, aos objetivos fundamentais da educação brasileira.

O desafio é transformar a instituição em um ambiente de aprendizagem inovador, dinâmico e relevante, superando a resistência às mudanças. Essa transição exige a superação de resistências históricas, enraizadas em práticas de ensino convencionalmente denominadas tradicionais. É fundamental ressaltar que a intenção aqui não é estabelecer uma hierarquia de valor entre metodologias, mas sim realizar uma análise pedagógica focada nos benefícios da ABP para a promoção da aprendizagem ativa.

O ensino tradicional, caracterizado por aulas expositivas, memorização e foco no conteúdo, por vezes distancia o aluno da aplicação prática do conhecimento, limitando em nossa compreensão, sua capacidade de conexão com a realidade. Embora esse modelo tenha formado muitos de nós, e sua contribuição deva ser sempre lembrada, as novas necessidades educacionais apontam para a importância de complementar ou adaptar essa abordagem para atender às demandas do século XXI.

Em contraste, a ABP propõe uma abordagem cujo aprendizado se dá por meio da investigação e resolução de problemas reais. Essa metodologia estimula, assim como já afirmado, o protagonismo do estudante, incentiva a colaboração, o pensamento crítico e a criatividade. Por certo, diante do cenário em que o mercado de trabalho passa por grandes transformações, a sala de aula invertida, o ensino híbrido e outras metodologias inovadoras buscam atender às demandas presentes na vida profissional, promove uma educação mais relevante e significativa. A perspectiva de uma educação para o futuro aqui defendida, é aquela que possibilita

situações de aprendizagem, imbuídos da certeza que vivemos em um mundo incerto, dinâmico e cada vez mais exigente.

Embora tudo que se tenha dito até aqui parece uma grande novidade, pensadores, a exemplo de John Dewey, já defendiam uma educação útil que se aproximasse da experiência do fazer-fazendo, ele foi o inspirador do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. É a partir desse documento que se inicia o processo de consolidação da necessidade de uma aprendizagem ativa e a centralidade do indivíduo no processo educativo. Este texto não tem a pretensão de aprofundar o contexto histórico ou fazer uma longa digressão, entretanto, não nos furtaremos em tecer um paralelo do percurso histórico até a contemporaneidade.

O case da Unit

Desde a implementação do Modelo Acadêmico Tiradentes (MAT), a Universidade Tiradentes investe em modelagens curriculares que agreguem diferenciais competitivos à experiência acadêmica de seus estudantes, de forma que as atividades de ensino, pesquisa e extensão consolidem uma trajetória acadêmica ativa, permeada por um processo de aprendizagem significativa. Aqui, tomamos como referência o conceito defendido pela instituição que está amparado em David Ausubel (1963) no qual o autor defende que a aprendizagem significativa se estabelece pela conexão de um conhecimento prévio às novas experiências, agregados a novos conhecimentos relevantes e aplicáveis. Desse modo, o estudante pode atribuir novos valores e significados, aplicáveis à sua vivência.

É nesse cenário de constante evolução que a Universidade Tiradentes tem investido significativamente nos últimos anos na modelagem curricular. O foco é construir uma formação integral e profissional para os acadêmicos, alinhada às demandas do mercado de trabalho. Para isso, foram estruturadas diretrizes institucionais e premissas pedagógicas que, de forma integrada, promovem uma arquitetura curricular mais plural e flexível, proporcionando aos estudantes vivências práticas desde os primeiros períodos.

Essas vivências se concretizam em diversas atividades práticas ao longo dos cursos oferecidos, como imersões, aulas em laboratório,

visitas técnicas e experimentos. Tais experiências não apenas facilitam a aprendizagem, mas também incentivam o aluno a explorar e fazer novas descobertas, impactando tanto sua vida profissional quanto pessoal.

Entre as diversas oportunidades de aprendizagem prática oferecidas, este artigo irá se aprofundar na extensão universitária, ou curricularização da extensão, um componente essencial que responde às exigências do Ministério da Educação (MEC) e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Desde o ano de 2021, os cursos da instituição têm fortalecido essas práticas por meio de serviços prestados à comunidade em projetos da própria universidade ou em parceria com entidades, empresas e órgãos públicos. Nessas ações, o estudante desenvolve competências e aplica o conteúdo aprendido em sala de aula, que será abordado na sequência.

A extensão universitária com a metodologia ABP

Alinhada ao que ocorre internacionalmente, a Universidade Tiradentes consciente do seu papel como fomentadora do conhecimento e dispendo de autonomia universitária, estrutura-se no modelo acadêmico baseado no Currículo por Competências, ele a ABP como uma das metodologias de aprendizagem. De maneira vanguardista, a instituição busca alinhar uma proposta disruptiva ao marco regulatório e às políticas estratégicas que se consolidam no cenário nacional, a exemplo da Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, atrelada à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esses documentos reforçam a necessidade das instituições de ensino promoverem em seus currículos experiências de aprendizagens que associam a teoria à prática, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, Art. 3º).

Com base nas novas diretrizes e visando garantir o atendimento em seus currículos de 10% da carga horária total para a extensão, os cursos que adotam a metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos, em sua arquitetura curricular, prevê o componente de Práticas Inovadoras em Projetos de Extensão (PIPEX) que visa a consolidar os conhecimentos acadêmicos, de forma que os saberes estejam estruturados para compor um conjunto de ações articuladas em torno de situações de aprendizagem. Tais cenários propiciam aos alunos vivência e experimentação, e o

desenvolvimento de macro competências que se desdobram em competências específicas, de modo a favorecer o estudante nos aspectos inter-profissional e interdisciplinar.

Nestes componentes as trilhas de aprendizagem se concretizam pelo alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tal conexão, reafirma o compromisso social da Unit e sua responsabilidade em desenvolver por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos e prestação de serviços, conforme previsto nas diretrizes, que estejam alinhados a uma formação em que o discente tenha papel autônomo, sendo o protagonista do seu aprendizado.

Para que tais necessidades sejam consolidadas as Práticas Inovadoras em Projetos de Extensão possibilitam aos estudante a aproximação com ferramentas de tecnologia e a interação se faz pelo Sistema Magister , AVA e Dreamshaper que faz a gestão dos projetos de curricularização a serem desenvolvidos e supervisionados pelo Núcleo Interdisciplinar de Extensão (NIEX) e ainda o Unit Carreiras que será o elo entre os cursos, as coordenações e as empresas parceiras, buscando sempre o desenvolvimento de atividades articuladas aos ODS.

A integralização da extensão ao longo do processo formativo do estudante é planejada para ir além da mera participação, focando no fortalecimento do protagonismo discente em todas as etapas de sua organização e desenvolvimento. Essas atividades, que se retroalimentam, buscam o alinhamento entre ensino e pesquisa, sendo orientadas por regulamentação específica. A finalidade é atribuir significado ao processo de ensino-aprendizagem, partindo de problemas reais que desafiam e engajam os estudantes.

Pautada nessas diretrizes, sustenta-se a articulação entre a instituição e a sociedade, em uma dinâmica que permite a socialização e a transformação dos conhecimentos produzidos nas atividades de ensino e pesquisa. Isso recupera e ressignifica saberes gerados a partir das práticas sociais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional e local e, principalmente, para a formação de um cidadão com visão de mundo e um profissional humanizado e sensível às questões sociais.

É nesse contexto que a aprendizagem baseada em projetos emerge como uma metodologia potente. Ao envolver os estudantes em desafios

autênticos e complexos, a abordagem por projetos materializa os princípios da extensão, permitindo que eles atuem ativamente na resolução de problemas reais, desenvolvam competências de forma integrada e contribuam diretamente para a comunidade.

À guisa de conclusão

Diante dos desafios impostos por um mundo em constante transformação, torna-se imperativo repensar as práticas pedagógicas e os modelos curriculares vigentes no ensino superior. A ABP, conforme discutido ao longo deste artigo, apresenta-se como uma abordagem metodológica inovadora, capaz de articular ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e significativa. Ao conectar o estudante com problemas reais e promover o protagonismo discente, a ABP favorece o desenvolvimento de competências essenciais ao século XXI, como a autonomia, o pensamento crítico, a colaboração e a capacidade de aprender continuamente.

O estudo evidencia que a adoção da ABP não se limita à aplicação de uma nova metodologia, mas requer uma mudança paradigmática que envolve a reconfiguração do papel do docente, o redesenho das práticas avaliativas, a intencionalidade pedagógica dos planejamentos e a reformulação das estruturas institucionais. Trata-se de uma transformação profunda que exige investimento, tempo e, sobretudo, vontade institucional de inovar de forma estratégica e sustentável.

A experiência da Universidade Tiradentes, por meio da implementação do MAT, e da modelagem de componentes, a exemplo das Práticas Inovadoras em Projetos de Extensão, ilustra como é possível materializar essa proposta com o suporte de um currículo por competências, ancorado na ABP, promovendo a aprendizagem significativa em cenários autênticos e realistas. Ao alinhar-se às diretrizes nacionais e internacionais, como a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e às competências definidas pelo Fórum Econômico Mundial, a instituição reafirma seu compromisso com a formação de profissionais críticos, criativos e socialmente comprometidos.

Conclui-se, portanto, que a ABP, ao ser sistematizada e institucionalizada, pode atuar como vetor de transformação do ensino superior brasileiro. Ela não apenas prepara os estudantes para os desafios do mundo

do trabalho, mas contribui para uma educação mais humana, contextualizada e comprometida com a realidade social. Mais do que uma metodologia, a ABP é uma escolha político-pedagógica que demanda coragem para romper com modelos tradicionais e construir uma educação verdadeiramente significativa e transformadora.

Referências

AUSUBEL, David. **The Psychology of Meaningful Verbal Learning**. New York: Grune & Stratton, 1963.

BENDER, William. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 - Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Ser professor hoje em dia: por que, para que e como?** *In*: ABERTURA DA JORNADA PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE TIRADENTES, Aracaju, 2025.

GRUPO TIRADENTES (Brasil). **Modelo Acadêmico Tiradentes (MAT): conjunto de princípios pedagógicos alicerçados no aprimoramento da prática aplicados ao planejamento, execução e gestão acadêmica das instituições do Grupo Tiradentes**. Lançado em 2019 pela Vice-Presidência Acadêmica do Grupo Tiradentes. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2019.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

INTERFACE PESQUISA E EXTENSÃO: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Adriana Karla de Lima
Heriberto Alves dos Anjos

No cenário da educação superior brasileira, a extensão universitária assume um papel de destaque, de acordo com a Resolução nº7/2018 ela não só representa uma atividade complementar, mas também um eixo integrador da matriz curricular e da organização da pesquisa. A extensão também se constitui em um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, cujo propósito é fomentar uma interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior e os diversos setores da sociedade. Essa interação se dá por meio da produção, aplicação e troca do conhecimento, em uma articulação indissociável com o ensino e a pesquisa.

No contexto da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão emerge não apenas como um preceito normativo, mas como uma resposta estrutural aos anseios sociais por uma Universidade comprometida com sua função pública. Gonçalves (2015), destaca que este princípio possibilita que a instituição estabeleça um diálogo com os múltiplos setores da sociedade. Mais do que um simples mecanismo de interação, ele se configura como um projeto político-pedagógico que visa reorientar a formação acadêmica e a produção de conhecimento vinculado aos complexos desafios do mundo real. Dessa forma, a indissociabilidade repositona a universidade como um agente corresponsável pela transformação e pelo desenvolvimento da comunidade na qual se insere (Costa, 2018).

Diante desse contexto, este capítulo tem como objetivo focar na relação entre a extensão e a pesquisa, abordando as principais metodologias que possibilitam essa interação com destaque na pesquisa-ação.

Metodologias para Integração Pesquisa-Extensão

A extensão universitária não traz benefícios apenas para a sociedade, ela contribui diretamente na formação dos discentes, oferecendo experiências práticas e desenvolvendo competências que os preparam melhor para o mercado de trabalho. Além disso, ela funciona como um espaço em que o conhecimento é construído de forma coletiva, combinando prática e pesquisa para gerar novas ideias e soluções para problemas da sociedade. Dessa forma, quando a extensão se integra com a pesquisa, ela se torna uma estratégia essencial para o desenvolvimento do conhecimento, promovendo uma troca de ideias entre a universidade e a comunidade (Almeida; Santos, 2017).

A extensão sendo entendida como a atividade que promove a integração da matriz curricular e à organização da pesquisa, no sentido de promover uma interação transformadora, se faz necessário o emprego de metodologias assertivas e adaptadas para cada tipo de intervenção social (Brasil, 2018). Nesse sentido, as metodologias ativas se apresentam como estratégias interativas e colaboradoras que colocam os discentes no centro do processo de ensino e aprendizagem.

As metodologias ativas ajudam a tornar o aprendizado mais sólido, coerente e eficiente, o que pode ser denominado de aprendizagem significativa. Quando o estudante é colocado em situações de ensino bem planejadas, nas quais ele é incentivado a questionar a realidade em que vive, ele passa a participar mais ativamente do processo. Assim, o aluno torna-se protagonista do seu próprio aprendizado, assumindo um papel ativo, valorizando suas experiências e ajudando na construção do conhecimento de uma forma mais envolvente e participativa (Bacich; Moran, 2018).

As metodologias ativas têm um papel importante na interação entre pesquisa e extensão, pois promovem uma aprendizagem prática, colaborativa e baseada no diálogo com a comunidade. Essas abordagens metodológicas de ensino, se distanciam dos métodos tradicionais e reforçam a conexão entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, elas estimulam os estudantes a atuarem como agentes de mudança, aplicando conhecimentos científicos em situações reais e levando as demandas sociais para o ambiente acadêmico. Essa

abordagem colabora significativamente com a aproximação da universidade com a sociedade e permite que a extensão seja um pilar acadêmico de cooperação, possibilitando que a pesquisa aconteça de forma participativa e comprometida com a transformação social.

Dentre as diversas metodologias ativas, podemos destacar a pesquisa-ação, que de acordo com Silva e Mentges (2023), pode ser entendida como um tipo de pesquisa social que tem como base a relação com uma determinada ação ou na resolução de um problema. Nesse sentido, o pesquisador e o participante estão envolvidos de uma forma cooperativa e participativa, contribuindo para a produção de conhecimento e transformação da realidade através da interação entre os envolvidos.

A pesquisa-ação permite transformar problemas da comunidade em temas de estudo científico, através de um processo de trabalho colaborativo. Assim, ela representa uma metodologia significativa pois não só incentiva a reflexão crítica, mas também promove uma intervenção planejada e uma avaliação constante do processo.

De acordo com Campos (2020), a pesquisa-ação valoriza o diálogo coletivo, onde diferentes ideias são discutidas, questionadas e ampliadas por meio de análises e reflexões feitas junto com as pessoas envolvidas, fundamentadas em teorias. Além disso, busca compreender como elas agem e interpretam o ambiente, ajudando cada um a se tornar mais consciente de sua realidade. A autora enfatiza que a pesquisa-ação não tem como objetivo apresentar passos específicos a serem seguidos, mas sim estimular ações sobre o contexto em que a ação educativa acontece e seus fatores que influenciam esse processo.

Desenvolver pesquisa é relevante e imprescindível para o crescimento de todo e qualquer campo científico. Essas pesquisas devem ser desenvolvidas com propósito claramente definido para gerar dados confiáveis e que podem ser utilizados para a resolução de problemas coletivos, dentro e fora das organizações. A pesquisa deve seguir padrões com métodos científicos e base empírica para gerar bons resultados (Almeida; Perucchi; Freire, 2019).

Figura 1 – Fases da pesquisa-ação

Fonte: Adaptado de Engel (2000) e Tajara *et. al.* (2013).

Na pesquisa-ação, as atividades são organizadas de forma a manter um contato constante com as informações e demandas sobre o ambiente da comunidade envolvida. Essas atividades podem ser divididas em etapas que se repetem ciclicamente, a saber: diagnóstico, planejamento da ação, execução da ação, avaliação e aprendizado específico, como mostra a figura 1. A primeira etapa, o diagnóstico, consiste em identificar um problema dentro do ambiente organizacional. A partir dessa identificação, é possível aprofundar o entendimento sobre a situação e criar hipóteses sobre a natureza da organização e do problema em questão.

No planejamento, destaca-se a importância de pensar nas opções de ações para resolver o problema identificado na fase de diagnóstico. Dessa forma, a tomada da ação consiste na decisão de colocar em prática essa ação ou fazer alguma mudança significativa no ambiente. Assim, várias estratégias devem ser usadas para possibilitar a implantação dessas mudanças. Na avaliação, faz-se um estudo para entender as

consequências da mudança ou da ação que foi implementada. Essa fase acontece depois que as ações planejadas já foram colocadas em prática. Nesse sentido, é importante a conexão entre os pesquisadores e comunidade no sentido de verificar se as mudanças propostas obtiveram êxito. A fase de aprendizado, de forma geral, consiste em refletir sobre a avaliação feita anteriormente e, com isso, criar conhecimentos novos. Isso é feito por meio de um modelo teórico que explica a situação-problema em questão.

Essa forma de pesquisar a realidade envolve a participação da comunidade como protagonista na compreensão do seu próprio ambiente. Assim, as pessoas podem adquirir o conhecimento necessário para resolver dificuldades e atender às suas necessidades. Como a própria pesquisa é uma ação, o jeito de investigar a realidade também gera um movimento de transformação por parte dos envolvidos, ou seja, fazer o estudo e entender a realidade já é uma ação: uma ação de organização, mobilização, sensibilização e conscientização.

Diagnóstico social como ferramenta de pesquisa

O diagnóstico social não é apenas um procedimento técnico, ele representa um processo de reflexão e uma ferramenta essencial para compreender a complexidade da realidade na qual vivem grupos e comunidades em geral. Esta ferramenta faz parte de uma metodologia que prioriza a coleta de dados qualitativos por meio da participação ativa da comunidade. Dessa forma, fazer esse diagnóstico vai além de simplesmente coletar dados, é necessário analisar as ideias e teorias que guiam o olhar do pesquisador, além de escolher os métodos mais adequados para entender toda a diversidade social envolvida.

A efetividade dos projetos de extensão depende da elaboração de um diagnóstico claro e consistente da situação-problema. Esse diagnóstico deve contemplar diferentes dimensões, como a ambiental, social e econômica, permitindo identificar carências, potencialidades e fatores determinantes. Além de aprofundar a análise das vulnerabilidades nos espaços estudados, precisa manter objetividade e clareza, de modo a orientar a definição de prioridades sem desconsiderar os valores e recursos locais (Teixeira; Carvalho; Barroso, 2019).

As metodologias participativas exercem um papel fundamental no fomento à expressão cidadã, ao potencializar a capacidade decisória dos indivíduos. Considerando a frequente fragilidade nas estratégias de socialização política e a baixa familiaridade com processos coletivos de deliberação, tais abordagens surgem como alternativas de intervenção capazes de estimular a participação ativa na mudança concreta da realidade social (Freitas; Freitas; Dias, 2012).

O diagnóstico participativo é um método de investigação social que busca compreender a realidade de uma comunidade, identificando tanto seus problemas quanto suas potencialidades locais. Além de favorecer a análise coletiva e a definição de prioridades, o diagnóstico serve como base para o planejamento de ações conjuntas voltadas à melhoria das condições de vida da comunidade (Cerqueira, 2021). O diagnóstico consiste na etapa fundamental de qualquer projeto de extensão, ele garante que as ações planejadas estejam verdadeiramente alinhadas com as necessidades, potencialidades e realidade da comunidade envolvida. Sem um diagnóstico preciso, o projeto corre o risco de ser uma intervenção desconectada e que não gera o impacto transformador desejado. Para realizar esse levantamento de forma eficaz, são utilizados métodos participativos que valorizam o saber local.

Dada a complexidade das comunidades envolvidas em projetos extensionistas, o diagnóstico participativo deve adotar uma abordagem multidimensional, contemplando aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais, físico-territoriais e político-institucionais. Esse método, realizado com a participação de lideranças e moradores locais, possibilita identificar tanto os principais desafios quanto às potencialidades da comunidade (Castro; Abramovay, 2016).

Existem diversas metodologias que podem ser empregadas para realização de um diagnóstico como estratégia de pesquisa, as quais irão fundamentar a tomada de decisão para realização de uma intervenção assertiva. Cada uma delas apresenta características específicas que devem dialogar com o tipo de projeto de extensão e a comunidade envolvida. O quadro 1 apresenta quatro tipos de diagnóstico utilizados no desenvolvimento de projetos de extensão e destaca algumas características de cada processo.

Quadro 1 – Metodologias para diagnóstico e principais características.

TIPOS DE DIAGNÓSTICO	CARACTERÍSTICAS
Discussão em grupo	Uma discussão em grupo é uma reunião informal sobre um ou vários tópicos, realizada por um grupo em que todas as pessoas envolvidas possam participar. Promove a expressão e discussão de diferentes ideias.
Documento fotográfico	O propósito central do documentário fotográfico é capturar imagens, tanto em formato de vídeo quanto de fotografias, que verdadeiramente representem o setor da sociedade.
Entrevista	Os dados levantados nas entrevistas serão organizados e tratados a fim de que as principais causas sejam identificadas e que as possíveis soluções sejam discutidas.
Questionário	O questionário desempenha um papel crucial na obtenção de dados que representem as perspectivas do público-alvo. Idealmente, deve ser aplicado a uma amostra representativa, cujas respostas refletem a visão geral do parceiro.

Fonte: DreamShaper, 2025.

Dessa forma, ao reconhecer que cada comunidade possui características próprias, torna-se fundamental compreender que não há uma metodologia única e universal para a realização de diagnósticos em projetos de extensão. O êxito dessas ações depende da escolha de estratégias metodológicas que dialoguem com a realidade local, respeitem a diversidade cultural e social e favoreçam a participação ativa dos sujeitos envolvidos. Assim, a adequação metodológica constitui não apenas uma exigência técnica, mas também um compromisso ético e formativo com a construção coletiva de soluções significativas.

Pesquisa e extensão: uma abordagem do componente curricular Experiência Extensionista

Em consonância com as diretrizes legais, seguindo o que preconiza o artigo 207 da Constituição Federal (CF)/1988, que define como missões das universidades a promoção do Ensino/Pesquisa e Extensão. A Lei 13.005/2014 aprovou o Plano Nacional de Educação com vigência até 2024 (PNE)/2014-2024, determina que as ações de extensão nas universidades fossem integradas ao currículo dos cursos de graduação,

perfazendo um mínimo de 10% do total da carga horária e a Resolução nº 07 de 2018, estabelece as Diretrizes e regimenta a meta 12.7 da Lei 13.005/2014, com o objetivo de operacionalizar a Curricularização da Extensão nas Instituições de Nível Superior.

A Universidade Tiradentes – Unit, está localizada no município de Aracaju, Estado de Sergipe e oferece diversos cursos nas áreas da saúde, humanas e sociais, além de um portfólio de cursos de graduação, pós-graduação *latu sensu* e cinco programas de *stricto sensu*, constituindo-se como polo propulsor do desenvolvimento socioeconômico e cultural para região nordeste, visando sempre a interação dinâmica e flexível entre as fontes produtoras de conhecimento técnico e científico e as demandas sociais e econômicas.

Nesse contexto, foi inserido nos currículos da Universidade Tiradentes um novo componente curricular contemplando a perspectiva interdisciplinar, intercultural e interprofissional, integrada ao ensino e a pesquisa, com uma aprendizagem por projetos e problemas reais, assegurando o protagonismo do aluno. Diante disso, os currículos ganham um componente curricular denominado Experiência Extensionista. Este faz parte de uma matriz de planejamento acadêmico que utiliza, em sua estrutura básica, a metodologia de aprendizagem baseada em projetos (ABP). Segundo Bender (2014), essa abordagem permite que os estudantes enfrentem questões importantes do mundo real, trabalhando juntos de forma colaborativa para encontrar soluções.

De acordo com a proposta de desenvolvimento de projetos baseado em resolução de problemas reais, foi desenvolvida uma trilha de aprendizagem que se concretiza através de um plano de trabalho composto por observação, diagnóstico, planejamento, aplicação das atividades na comunidade, registro e avaliação.

O Plano de Trabalho é construído a partir do diálogo constante entre a comunidade, foco da aplicação das atividades de Extensão, com o objetivo de identificar as necessidades emergentes do público-alvo. A observação, proporciona ao estudante o contato com os parceiros do projeto e oportuniza de forma processual e gradual o desenvolvimento da atividade e seu reflexo na comunidade. O diagnóstico permite a

análise do cenário no qual será aplicado às atividades de extensão, contribuindo para a construção do plano de trabalho em consonância e concordância com a comunidade. O planejamento prepara o discente para a incumbência de implantar e implementar as atividades de Extensão. A aplicação das atividades na comunidade é acompanhada pelo Professor Preceptor Extensionista, de acordo com o Plano de Trabalho, preparando os discentes para interlocução entre a comunidade. O registro conclusivo dar-se-á por meio de relatório da atividade de extensão, evidenciando todo o processo desenvolvido e as considerações acerca dos impactos na comunidade.

Com base nesse processo, entende-se que o ensino, a pesquisa e a extensão estão entrelaçados, porém em algumas etapas podemos destacar o papel da pesquisa como propulsora do desenvolvimento da trilha de aprendizagem do componente curricular Experiência Extensionista como: (1) Pesquisa do Problema de Partida e (2) Pesquisando e Preparando a Intervenção. A primeira consiste basicamente no diagnóstico, que se constitui como uma pesquisa inicial voltada para identificação do problema bem como as necessidades e potencialidades da comunidade estudada. Trata-se de um momento em que o conhecimento científico se alia à escuta ativa e ao diálogo com os sujeitos envolvidos, possibilitando que os projetos tenham maior pertinência e impacto social. Já a segunda etapa, caracteriza-se como um momento estratégico que permite conectar o diagnóstico inicial às ações que serão realizadas junto à comunidade. Trata-se de um aprofundamento da compreensão da realidade através de um embasamento teórico, dessa forma, essa fase implica na articulação do conhecimento científico para assegurar que as estratégias propostas sejam adequadas às necessidades do parceiro.

Assim, entende-se que a pesquisa é fundamental para o sucesso de projetos de extensão, pois ajuda a embasar as ações com informações sólidas. Através dela, os discentes podem entender melhor as necessidades da comunidade, além de possibilitar o levantamento de aspectos culturais e ambientais dos parceiros. Esses aspectos são de fundamental importância no planejamento de intervenções que sejam realmente eficazes e adequadas à realidade das pessoas envolvidas.

Nesse sentido, a pesquisa fortalece a extensão ao promover um diálogo constante entre o saber científico e o conhecimento popular, transformando as experiências vividas em oportunidades de geração de novos conhecimentos. Além disso, contribui para que os projetos alcancem maior legitimidade acadêmica e social, na medida em que suas ações não se baseiam apenas em percepções imediatas, mas em evidências construídas de forma sistemática. Assim, as experiências extensionistas podem ser concebidas, não apenas como uma prática isolada, mas como espaços de produção, aplicação e interação do conhecimento.

Considerações finais

A interface entre pesquisa e extensão não é uma simples justaposição de atividades, mas uma sinergia estratégica que potencializa o impacto do conhecimento acadêmico na sociedade e enriquece a formação discente. Essa relação representa um caminho para o desenvolvimento de projetos que apresentam resultados significativos.

As metodologias para integração pesquisa-extensão fornecem o arcabouço teórico e operacional que legitima e orienta a atuação da universidade além dos seus muros. Elas mostram que a extensão consiste em um processo de troca dialógica fundamentada no rigor metodológico da pesquisa. Por sua vez, a pesquisa ganha relevância social e profundidade ao se confrontar com problemas reais e complexos.

Neste contexto, o diagnóstico social representa o ponto de convergência onde a curiosidade científica da pesquisa se encontra com a necessidade de intervenção da extensão. Ao priorizar a escuta qualitativa e participativa da comunidade, o diagnóstico social assegura que os projetos não sejam impositivos, mas sim construídos coletivamente, respondendo às verdadeiras demandas da sociedade.

As atividades extensionistas desenvolvem competências técnicas e socioemocionais críticas, possibilitando não apenas a formação de profissionais qualificados, mas também de cidadãos engajados e capazes de atuar de forma ética e colaborativa na transformação da sua realidade.

Referências

- ALAN, F.F.; ALAIR, F.F.; DIAS, M.M. **O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária.** *Em Extensão*, Uberlândia, v.11, p. 69-81, 2012.
- ALMEIDA, D. M.; SANTOS, R. C. **Extensão universitária como espaço de construção do conhecimento: interfaces com a pesquisa.** *Educação & Realidade*, v. 42, n. 3, 2017.
- ALMEIDA, J.S.A.; PERUCCHI, V.; FREIRE, G.H.A. **A pesquisa ação como estratégia metodológica na ciência da informação.** *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v.9, n.3, p.130-146, 2019.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórica-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.
- BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI.** Porto Alegre: Penso, 2014.
- CAMPOS, E. F. E. **Ensino, pesquisa, extensão: Contribuições da pesquisa-ação.** *Actualidades Investigativas en Educación*, 20(1), 1-16.m, 2020.
- CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Guia do diagnóstico participativo.** Flacso Brasil, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo_edicao2.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025
- CERQUEIRA, L. **Guia do diagnóstico participativo.** 2ª Edição. FLACSO 2021. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-doDiagnostico-Participativo_edicao2.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.
- COSTA, J. F. A. **Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: Um desafio que permanece.** *Rev. Ciênc.Ext.* v.14, n.2, p.9-19, 2018.
- DREAMSHAPER. **Trilha da Experiência Extensionista.** Disponível em: <https://unit-pipex7e8-mp-252.dreamshaper.com/overview>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-Ação em Sistemas de Informação de 2002 a 2012** – Uma Revisão Sistemática. *Pesquisa-ação Educar em Revista*, núm. 16, p. 181-191, 2000.

SILVAI, C.C.C.; Mentgesii, M.J. **A pesquisa-ação como agente transformador na área da educação.** *Revista Even. Pedagóg.*, Sinop, v. 14, n. 1, p. 54-69, jan./maio 2023.

TEIXEIRA, L. O; CARVALHO, A. L.; BARROSO, C. **Diagnóstico de situação. Implementação de um Modelo de Supervisão Clínica em Enfermagem** – Manual Prático, p. 20-27, 2019.

ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR: DESENVOLVENDO O PENSAMENTO CRÍTICO E A CRIATIVIDADE PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMPLEXOS

Roseli Pereira Nunes Bastos

As transformações sociais, culturais e ambientais da contemporaneidade, ladeadas intensamente pelos constantes avanços das tecnologias digitais, são inegáveis. O fato é que elas atravessam nosso cotidiano em diferentes instâncias, contextos e intensidades. E no âmbito educacional, vêm exigindo uma imprescindível e profunda reformulação nos métodos, conteúdos, avaliações e finalidades até então vigentes.

Nesse cenário, a universidade é chamada a desempenhar um papel estratégico não apenas na formação técnica, mas, sobretudo, no estímulo ao desenvolvimento de competências que preparem os estudantes para lidar com os chamados “problemas complexos” (Morin, 2000).

O fato é que o confronto emergente entre os conhecimentos técnicos inerentes à formação educacional formal, nos quais se inserem a tecnologia generativa com Inteligência Artificial, por exemplo; e o também emergente desenvolvimento de habilidades sociocomportamentais (*soft skills*), tais como empatia, inteligência emocional, criatividade e pensamento crítico, suscitam o necessário diálogo entre ambos.

De tal modo, a extensão universitária, compreendida como uma ponte entre o saber acadêmico e a sociedade, numa concepção dialógica entre ensino-pesquisa-ação, torna-se um campo privilegiado para a experimentação de práticas pedagógicas inovadoras, que busquem romper com os modelos tradicionais de ensino-aprendizagem e, para além disso, que envolvam os estudantes em saberes e fazeres reflexivos. Assim, sendo um dos pilares fundamentais do ensino superior, oferece um campo fértil para práticas pedagógicas que articulem teoria e prática, ciência e sociedade, ensino e cidadania.

Com base nesse cenário, este capítulo apresenta um relato de experiência docente na condução de uma atividade interdisciplinar no âmbito da disciplina de extensão universitária. A proposta, que tem como eixo norteador a identificação de problemas complexos da sociedade – como a violência urbana, mobilidade e desafios ambientais, entre outros –, demanda dos estudantes o planejamento da resolução do problema, mediante uma perspectiva interdisciplinar, culminando com a apresentação de um plano de ação capaz de minimizar seus impactos nos mais diversos contextos.

Para tanto, é desenvolvida a partir de uma abordagem colaborativa entre estudantes que, organizados em grupos compostos por diferentes cursos de graduação, aprendem não apenas a pesquisar informações e dados credíveis e fundamentados, mas também a integrar conhecimentos distintos, enriquecendo a capacidade de contextualização analítica e a formulação de estratégias.

Ao proporcionar o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, pensamento crítico e criatividade, entre outros elementos essenciais para a formação universitária, esta proposta evidencia uma abordagem que favorece o fortalecimento da capacidade de diálogo e cooperação, elementos fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos, alinhando o aprendizado à formação da cidadania ativa e às exigências do mercado de trabalho.

Rompendo barreiras: a extensão como espaço para a ecologia de saberes

Inspirada em Freire (1996), a extensão universitária rompe com a lógica da educação bancária, privilegiando a escuta, a problematização e a construção coletiva do conhecimento. Esse processo desafia os alunos a diagnosticarem e intervirem em problemas sociais reais, fortalecendo competências socioemocionais, resolução de problemas e protagonismo social, em consonância com as demandas do mundo contemporâneo (World Economic Forum, 2020).

Ao conectar novos conhecimentos às experiências prévias dos estudantes e ampliar sua capacidade de intervenção social, a perspectiva extensionista também promove uma aprendizagem significativa, con-

forme proposto por Ausubel (2003), uma vez que a interação horizontal entre universidade e comunidade propicia o reconhecimento das múltiplas dimensões dos problemas (históricas, culturais, políticas e econômicas), ampliando as possibilidades criativas e críticas dos alunos.

Essa prática dialoga com as perspectivas pós-críticas do currículo (Silva, 1999; Macedo, 2006) - ao propor o reconhecimento do currículo como uma construção social, cultural e política, permeada por relações de poder e por discursos que moldam identidades e subjetividade -, e com a teoria rizomática de Deleuze e Guattari (1995) - que propõe trajetórias educativas abertas, relacionais e heterogêneas, rompendo com a linearidade do currículo tradicional e valorizando a multiplicidade e a experimentação.

Ainda nesse âmbito, alinha-se também à ideia de “ecologia de saberes”, defendida por Santos (2004), segundo a qual a extensão universitária deve ser um espaço de tradução intercultural e interepistêmica, em que a universidade aprende com a comunidade tanto quanto ensina. Assim, coaduna o entrelaçamento de múltiplas vozes e perspectivas, sem hierarquia, em prol da aprendizagem mútua e significativa.

Ao inserir os estudantes em contextos complexos e diversos, a extensão universitária transforma a universidade em um ecossistema de práticas inovadoras (Boaventura, 2006), capaz de gerar aprendizagens descentralizadas, conectadas às realidades sociais, e de estimular trajetórias formativas abertas ao novo, ao erro e à coautoria. Nesse sentido, ela se mostra essencial para desenvolver competências contemporâneas, ampliando os horizontes da formação acadêmica para além do currículo formal.

A interdisciplinaridade como resposta aos problemas complexos

Os problemas que afetam as sociedades contemporâneas não respeitam as fronteiras disciplinares. Conforme aponta Morin (2000), vivemos em um mundo regido pela complexidade, onde causas e efeitos se entrelaçam em redes que desafiam soluções simplistas.

Caracterizados pela imprevisibilidade, instabilidade e ambiguidade de seus elementos constituintes, os problemas complexos são

aqueles que envolvem múltiplas dimensões interconectadas – sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais – e que não podem ser compreendidos ou resolvidos por uma única área do conhecimento, exigindo abordagens interdisciplinares, sistêmicas e inovadoras (Morin, 2000).

Assim, problemas sociais como violência urbana, desigualdade social, crise ambiental ou precarização do trabalho, dentre tantos outros, exigem análises que contemplem múltiplas perspectivas em prol da resolução, integrando saberes oriundos de diferentes áreas do conhecimento.

A proposta pedagógica atribuída à disciplina de Extensão Universitária aqui relatada, parte dessa premissa. Ao organizar grupos compostos por estudantes de diferentes cursos – como Administração, Engenharia, Direito, Psicologia e Comunicação, por exemplo – busca-se simular, em escala didática, a complexidade do mundo real, em que profissionais de diferentes formações precisam olhar juntos para um mesmo problema e, a partir de seus conhecimentos técnicos e de suas habilidades sociocomportamentais, trabalhar para encontrar soluções viáveis, abrangentes e exequíveis.

De acordo com Pitanga (2021), a interdisciplinaridade se configura como resposta essencial e indispensável aos problemas complexos da contemporaneidade. Isso porque:

- 1) torna viável a construção de análises e ações integradas, rompendo com o paradigma tradicional de ensino, centrado na memorização e na hierarquia docente;
- 2) promove o diálogo entre saberes, dinamizando a criatividade, criticidade e capacidade de formular soluções inovadoras frente à complexidade, suscitando a colaboração de saberes distintos com vistas para uma aprendizagem significativa e contextualizada;
- 3) favorece a construção de planos de ação que consideram múltiplas dimensões dos problemas complexos, estimulando os alunos a repensarem valores e agirem em defesa de transformações sociais.

Essa dinâmica colaborativa, que entrelaça diferentes campos do conhecimento, saberes técnicos e habilidades sociocomportamentais, está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Superior, que preveem a articulação entre ensino, pesquisa e

extensão como princípio formativo. Isso porque a interdisciplinaridade não corresponde apenas a uma metodologia, mas sim a uma atitude diante do conhecimento.

Dessa forma, ao unir pesquisa acadêmica com *soft skills*, essa atividade proporciona uma vivência enriquecedora que transcende a sala de aula e estimula o comprometimento dos alunos com a transformação social, conforme proposto por Freire (1996), pois estimula a compreensão da sociedade pelo viés da interdisciplinaridade, ampliando a visão dos discentes enquanto agentes de impacto positivo na sociedade.

Descrivendo a atividade: problemas complexos das sociedades e interdisciplinaridade na resolução

Tendo em vista o objetivo de estimular os discentes em aprendizagens que envolvem pesquisa, análise, criticidade e argumentação, entre outros elementos, a atividade aqui descrita parte da premissa de que os problemas complexos da sociedade não podem ser resolvidos e/ou minimizados a partir de perspectivas simplistas. De modo contrário, demandam abordagens interdisciplinares, nas quais diferentes saberes, campos do conhecimento e instituições sociais, por exemplo, se entrelaçam em torno do mesmo objetivo: sua resolução.

Assim, a atividade é inicialmente norteada pela apresentação dos seguintes eixos norteadores:

- 1) Definição de interdisciplinaridade e sua contextualização educacional;
- 2) Diferenciação entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade;
- 3) Objetivos da interdisciplinaridade;
- 4) Definição de problemas complexos;
- 5) Exemplificação: descrição de um problema complexo com detalhamento de elementos constitutivos (motivos, consequências, afetados, etc.);
- 6) Questionamentos guias: a quem cabe resolver? O que é preciso para resolver? Como resolver?

A apresentação contextualizada dos parâmetros teóricos e da exemplificação detalhada de um determinado problema complexo é

fundamental para que os discentes não apenas conheçam teorias e definições, mas sim para que eles consigam visualizar a gama de situações que, diante de sua complexidade resolutive e abrangência social, se enquadram como complexos. Além disso, possibilita-lhes mensurar, ainda de subjetivamente, a relevância da interdisciplinaridade no intuito de sua resolução.

Figura 1 – Representação da Interdisciplinaridade para a solução de problemas complexos



Fonte: RIOS et al. (2019, p.4)

A Figura 1 sugere uma representação gráfica de como pode ser mostrado para os discentes o papel central da interdisciplinaridade no mapeamento da abordagem e resolução de problemas complexos, destacando que há um ciclo contínuo e integrado entre diferentes dimensões (aqui exemplificados por inovação, diálogo, questionamento, troca de experiências e colaboração). A partir dela, é possível demonstrar que cada etapa representa uma dimensão essencial para a construção de soluções eficazes, salientando que o enfrentamento de desafios contemporâneos exige múltiplas perspectivas e saberes conectados.

Na sequência, o docente pode apresentar uma lista com alguns exemplos de problemas complexos das sociedades, tais como: acesso à

saúde pública, saneamento básico, letramento digital, acesso ao esporte, cultura e lazer. Porém, diferentemente da exemplificação anterior, em que o problema foi destrinchado, dessa vez eles são apresentados apenas enquanto sugestões.

Feito isso, organizados em grupos, cuja quantidade de participantes deve ser estabelecida em conformidade com a quantidade de alunos em sala, os discentes devem escolher algum dos problemas complexos da sociedade. Após essa definição, a elaboração da primeira etapa da atividade deve seguir as seguintes orientações:

- 1) Descrever o problema complexo escolhido - o que se sabe sobre ele?
- 2) Quais são os motivos relacionados a este problema?
- 3) Quais são as consequências deste problema?
- 4) A quem este problema afeta?
- 5) O que é preciso para resolvê-lo? A quem cabe sua resolução?

Observa-se que nessa etapa da atividade os discentes estarão envolvidos em demandas de pesquisa, análise, escrita e síntese. Para isso, precisarão alinhar entre eles, diferentes pontos de vista sobre o mesmo problema, o que envolve não apenas o conhecimento científico sobre o tema, mas também as perspectivas e vivências particulares acerca do problema em destaque pelo grupo.

Na segunda etapa da atividade, em posse das informações supracitadas, os grupos deverão elaborar um plano de ação mostrando a intesdisciplinaridade na resolução e/ou redução do problema complexo escolhido. Organizada em slide, mapa mental, infográfico, quadros, mapa conceitual, etc. (a forma de organização da apresentação deve ficar à critério dos discentes), esta etapa deve contemplar os campos do conhecimento / áreas do saber / instituições sociais, descrevendo de que modo cada um deles contribui com o problema complexo em destaque.

Desta feita, ao buscar romper com a fragmentação típica da organização curricular tradicional, a interdisciplinaridade propõe a articulação de saberes em torno de eixos temáticos relevantes para a sociedade (Fazenda, 2002). E na atividade aqui descrita, os estudantes são instigados a analisar os problemas a partir de diferentes ângulos, confrontando suas visões de mundo e aprendendo com os colegas.

Materialização da atividade: pensamento crítico e criatividade

Para ilustrar de forma mais concreta a proposta desta atividade, que consiste em identificar um problema complexo da sociedade e elaborar um plano de ação fundamentado na interdisciplinaridade, bem como das conexões estabelecidas pelos discentes em torno da proposta, apresentamos a seguir exemplos de materiais produzidos e apresentados por estudantes de diferentes cursos de graduação, no âmbito da disciplina Na Experiência Extensionista da Universidade Tiradentes (SE).

Foram selecionadas três atividades realizadas entre 2022 e 2024. Para fins deste relato, destacamos especificamente a etapa do plano de ação, ou seja, a proposta de intervenção elaborada pelos estudantes com base em princípios interdisciplinares, visando à mitigação ou solução dos problemas complexos escolhidos.

Saneamento Básico

Nesse plano de ação, desenvolvido por discentes de Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Direito e Sistema da Informação, o problema complexo escolhido foi o Saneamento Básico. Inicialmente a apresentação destacou as principais áreas de atuação envolvidas na intervenção proposta, evidenciando como cada uma, de forma isolada ou integrada, poderia contribuir para enfrentar o problema (Figura 2).

Figura 2 – Áreas de atuação sugeridas pelos discentes



Fonte: produzido pelos estudantes (2023)

Na sequência, o grupo mapeou as possíveis contribuições dessas áreas, estabelecendo conexões entre elas para a construção de soluções mais abrangentes e efetivas.

Figura 3 – Plano de ação referente ao saneamento básico

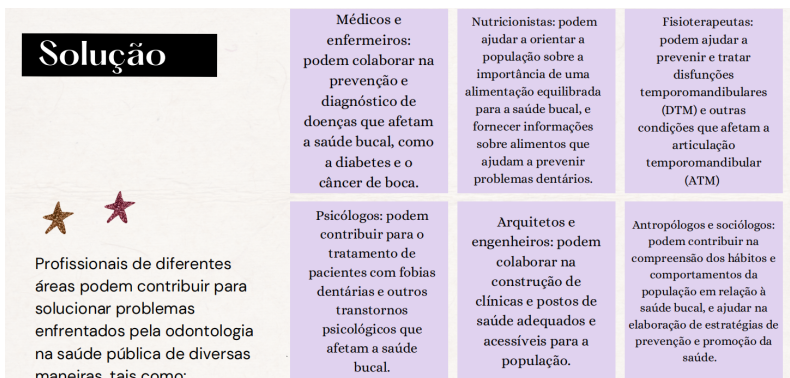


Fonte: produzido pelos estudantes (2023)

Odontologia na Saúde Pública

Composto predominantemente por alunos de cursos da área da saúde (Odontologia, Fisioterapia e Psicologia), e com a participação de alunos de Design Gráfico e Educação Física, este grupo escolheu como problema complexo, a Odontologia na Saúde Pública.

Figura 4 – Plano de ação referente a odontologia na saúde pública



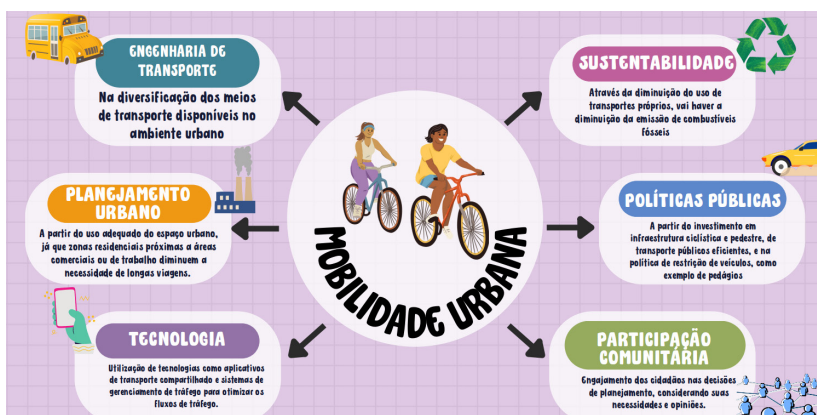
Fonte: produzido pelos estudantes (2024)

O plano de ação elaborado partiu do entendimento de que a saúde bucal vai além da atuação exclusiva da odontologia, envolvendo diferentes profissionais e abrangendo, inclusive, aspectos socioculturais relacionados à medos, estigmas e crenças populares.

Mobilidade Urbana

Por fim, o grupo formado por estudantes de Arquitetura, Enfermagem e Direito trabalhou a mobilidade urbana, reconhecendo-a como um dos problemas mais complexos das sociedades contemporâneas.

Figura 5 – Plano de ação referente a mobilidade urbana



Fonte: produzido pelos estudantes (2022)

No plano de ação, os discentes ressaltaram a importância da atuação integrada de diferentes áreas do conhecimento, além do engajamento social e cidadão da população para pressionar e colaborar com os representantes legais na busca por soluções.

Embora nem todos os grupos consigam compreender a proposta da atividade, apresentando planos de ação com atuações isoladas de áreas específicas do conhecimento, evidenciando que o pensamento fundamentado na intersdisciplinaridade ainda é falho e demanda maior atenção, os exemplos apresentados evidenciam como a proposta desta atividade pode potencializar o pensamento crítico e a criatividade dos estudantes mediante a proposição de soluções para problemas complexos (e reais), estimulando-os à analisar a situação com base em diferentes perspectivas.

Considerações finais

A atividade interdisciplinar aqui relatada, desenvolvida no âmbito da extensão universitária, evidenciou-se como um potente instrumento pedagógico para a formação cidadã e profissional dos estudantes, alinhando a interdisciplinaridade às demandas contemporâneas e à busca conjunta de soluções inovadoras frente aos desafios sociais.

Ao longo do processo, é possível observar o engajamento dos discentes em pesquisa, análise e elaboração de planos de ação voltados para problemas complexos, demonstrando que a interdisciplinaridade não apenas enriquece o olhar sobre as situações abordadas, mas também favorece a construção de estratégias mais contextualizadas, inclusivas e eficazes.

Assim, propostas como essa contribuem para reafirmar o papel estratégico da universidade como espaço de formação integral, voltado não apenas à aquisição de conhecimentos técnicos, mas sobretudo ao desenvolvimento de habilidades sociocomportamentais essenciais à contemporaneidade, tais como cooperação, pensamento crítico e criatividade, evidenciadas ao longo do processo, e que são indispensáveis para a análise e o enfrentamento dos problemas complexos da sociedade.

O fato é que ao organizar os discentes em torno de desafios reais e instigá-los a articular saberes de diferentes áreas, o ensino rompe com a lógica linear, fragmentada e hierárquica, porém, ainda predominante em muitos contextos educacionais. Em lugar disso, favorece trajetórias formativas horizontais, dialógicas e colaborativas que valorizam a pluralidade de perspectivas e a construção coletiva do conhecimento.

Assim, a materialização das atividades — seja na escolha dos temas ou na elaboração dos planos de ação — reflete a capacidade dos estudantes de dialogar com diferentes saberes, articular conhecimentos técnicos e considerar aspectos socioculturais, éticos e políticos envolvidos em cada problemática. Revelando ainda, a importância da escuta e da cooperação entre áreas distintas, ampliando a compreensão sobre o papel social da universidade enquanto formadora de profissionais críticos e comprometidos com a transformação social.

Os planos de ação elaborados nessa atividade e aqui apresentados, resultaram do diálogo interdisciplinar e da interação entre distintas visões de mundo. Sendo assim, a intenção norteadora da proposta

reafirma que práticas pedagógicas inovadoras, que desafiam a linearidade curricular tradicional e que coloquem os estudantes no centro do processo de aprendizagem, são fundamentais para aproximar a universidade das demandas sociais e do mercado de trabalho contemporâneo.

Isto reafirma a relevância de práticas pedagógicas que vão além da mera transmissão de conteúdos e que promovem uma aprendizagem significativa, crítica e criativa. Desta feita, atividades como esta cumprem o propósito não só de aproximar os discentes da realidade social e das necessidades da comunidade, mas também de prepará-los para atuar como agentes capazes de identificar, analisar e intervir em problemas complexos de forma colaborativa e responsável.

Referências

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos:** uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACEDO, E. **Teorias pós-críticas do currículo:** entre o cânone e a crítica. In: SILVA, T. T. da (org.). *Teorias do currículo*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 213-242.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

PITANGA, Â. F. **A necessária ruptura com as práticas tradicionais de ensino:** fundamentos teóricos a partir da pedagogia 5Cs. Curitiba: CRV, 2021.

RIOS, D. R. da S.; SOUSA, D. A. B. de; CAPUTO, M. C. **Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica.** *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e180080, 2019.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Future of Jobs Report 2020.** Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2020>.

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA FORMAÇÃO MÉDICA

Aline Barreto Hora

Gabrielle Barrozo Novais Monteiro

A extensão universitária constitui um dos pilares fundamentais do ensino superior Brasileiro, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, sendo reafirmada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação. No contexto da formação médica, essa dimensão tem se fortalecido progressivamente, sobretudo por seu potencial de articular os saberes produzidos no ambiente acadêmico com as demandas concretas da sociedade. Essa articulação favorece uma formação crítica, reflexiva e socialmente comprometida, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais ao exercício ético e humanizado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 3/2014, preconizam uma formação integrada, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, o estudante é compreendido como protagonista do seu processo formativo, sendo convocado a se engajar de forma ativa e responsável diante das transformações sociais, culturais e científicas que impactam o cuidado em saúde. O envolvimento com práticas extensionistas é entendido, portanto, como uma via estratégica para a ampliação da consciência crítica, para a internalização de valores éticos e para a consolidação de um perfil profissional condizente com as necessidades da população Brasileira (Brasil, 2014).

O projeto pedagógico do curso de Medicina, segundo essa mesma resolução, deve ser elaborado de maneira coletiva e participativa, contemplando atividades complementares que valorizem o protagonismo discente e a diversidade dos itinerários formativos. Estágios, monitorias, iniciação científica, estudos interdisciplinares e de forma destacada, programas de extensão universitária, são apontados como componentes

estruturantes do currículo, com forte potencial de impacto na formação técnica e humanística dos estudantes (Brasil, 2014).

Paralelamente, a Política Nacional de Extensão Universitária, coordenada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), define a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico que promove uma interação transformadora entre universidade e sociedade. Essa concepção reforça o papel da extensão como elo fundamental entre a produção do conhecimento e as realidades vivenciadas nos territórios, contribuindo para a ressignificação da prática acadêmica em consonância com os princípios da cidadania, da equidade e da justiça social (Brasil, 2014).

A curricularização da extensão no âmbito da Medicina objetiva o fortalecimento da inserção dos estudantes em cenários reais de prática, onde se desenvolvem competências como empatia, comunicação interpessoal, responsabilidade social, trabalho em equipe e compreensão dos determinantes sociais da saúde.

Nesse cenário, a extensão universitária deixa de ser apenas um complemento à formação discente e passa a ocupar um lugar de centralidade na formação médica contemporânea. Ao promover a vivência direta com as comunidades, em diálogo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), a extensão favorece a formação de profissionais mais sensíveis às singularidades dos contextos sociais e mais preparados para enfrentar os desafios éticos, técnicos e humanos do cuidado em saúde.

A importância da Extensão Universitária para formação médica

A extensão universitária é muito importante para o tripé de ensino-pesquisa-extensão, com papel essencial para a formação de futuros médicos por permitir o contato direto com as comunidades e contribuir para a realização de prática profissional humanizada e alinhada à realidade social. O desenvolvimento da extensão universitária no curso de medicina permite aos discentes vivenciarem realidades sociais, que favorecem a sua atuação, explorando uma análise crítica, integrando seus saberes e competências em busca de uma solução (Silva *et al.*, 2023).

Esse processo diferenciado de formação, foi permitido a partir da curricularização da extensão que se tornou um avanço para a formação humanizada de futuros médicos. Um estudo realizado na Universidade de Pernambuco, por Lopes *et al.* (2024) destacou que a extensão possibilitou aos estudantes de medicina uma maior compreensão do contexto socioeconômico dos pacientes, além de fortalecer competências como empatia, comunicação e trabalho em equipe. Já em uma experiência do curso de Medicina na universidade de Pernambuco em instituições de longa permanência, os alunos desenvolveram diversas habilidades técnicas e compreenderam a importância da escuta qualificada que contribuiu diretamente na formação de um médico mais atento. Almeida *et al.* (2019).

A inserção das práticas de extensão dentro do componente curricular de formação dos alunos de medicina, possibilita a atuação do aluno em situações reais, aprimorando os conhecimentos adquiridos e desenvolvendo habilidades críticas e reflexivas. A convivência com as comunidades amplia a compreensão do processo saúde-doença e estimula a construção de soluções conjuntas, valorizando o diálogo entre saberes. Santana *et al.* (2021).

Algumas experiências foram vivenciadas por alunos de Medicina como o projeto “Saúde na Praça” neste projeto os alunos desenvolveram atividades de educação em saúde com foco na população hipertensa e diabética. Essa ação foi importante por favorecer o aprendizado prático do discente bem como por aproximá-los da realidade do SUS, e das necessidades da comunidade, como também promoveu engajamento, autonomia e desenvolvimento de competências voltadas à atenção primária. Simões *et al.* (2023).

Além do ambiente hospitalar, ações em territórios comunitários, como as realizadas em comunidades ribeirinhas, evidenciam o impacto social da extensão universitária na medicina. Monteiro *et al.* (2022) relataram que tais vivências promovem o desenvolvimento de habilidades de escuta, sensibilidade cultural e adaptação a contextos adversos, aspectos indispensáveis à prática médica no SUS.

Outro aspecto importante para a formação médica é a união dos saberes entre as diversas áreas da saúde, a fim de proporcionar o melhor para os pacientes/comunidades. Almeida (2023) evidenciou que ativi-

dades extensionistas conjuntas entre cursos da saúde favorecem o trabalho em equipe e a compreensão do papel de cada profissão no cuidado ao paciente. Para os autores, a extensão atua como elo entre os cursos da área da saúde, contribuindo para a construção de uma prática integrada e colaborativa.

Apesar dos avanços, os estudos retratam desafios para consolidar a extensão na formação médica, como a necessidade de apoio institucional e capacitação docente para orientar atividades extensionistas, (Costa *et al.*, 2021; Lopes *et al.*, 2024). Ainda assim, a extensão permanece como um componente imprescindível, ao permitir que o futuro médico desenvolva um olhar mais atento às desigualdades sociais e às necessidades reais da população com um trabalho humanizado.

A Prática Extensionista no curso de Medicina - Universidade Tiradentes, Sergipe

A organização da extensão universitária no curso de Medicina em análise fundamenta-se em uma trilha de aprendizagem longitudinal, concebida para integrar progressivamente os estudantes às realidades sociais e sanitárias dos territórios em que a formação ocorre. Essa trilha é estruturada por eixos temáticos específicos a cada período letivo, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2014), que orientam a construção de um currículo centrado no estudante e fundamentado na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

No 3º período do curso, o eixo temático desenvolvido é “Saúde da Pessoa Idosa”, tema que se justifica diante do cenário epidemiológico nacional, marcado pelo envelhecimento populacional e pelo consequente aumento da demanda por cuidados integrais e humanizados. Para abordar essa temática, os estudantes são inseridos em atividades extensionistas em Instituições de Longa Permanência (ILPI), grupos de idosos e comunidades adjacentes, onde desenvolvem ações voltadas à escuta ativa, avaliação funcional do idoso, oficinas educativas e promoção do autocuidado, sempre sob supervisão do professor preceptor.

A elaboração e execução dos projetos extensionistas são realizadas com base em metodologias participativas e ativas, como a técnica de *brainstorm* para levantamento de ideias, a análise SWOT para

identificação de forças e fragilidades no durante o desenvolvimento do projeto, o uso da ferramenta Canva de Projetos para organização estratégica e os seminários interativos como espaços de problematização e construção coletiva do conhecimento. A vivência em campo, por sua vez, permite a imersão prática dos discentes em realidades sociais diversas, sendo essencial para a formação de uma postura crítica e ética frente aos determinantes sociais da saúde. Almeida; Barbosa, (2019).

Essa proposta formativa encontra respaldo na literatura científica, como demonstrado por Santana *et al.* (2021), ao evidenciar que a extensão universitária, ao se constituir como prática educativa, amplia o alcance da promoção da saúde e favorece a aquisição de competências técnico-humanísticas. De maneira semelhante, Soares *et al.* (2024) ressaltam que a aplicação de metodologias ativas em projetos extensionistas promove o engajamento estudantil, fortalece o protagonismo discente e gera impacto positivo nas comunidades envolvidas.

O modelo pedagógico adotado no curso reafirma o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática, conforme aponta a experiência relatada por Almeida e Barbosa (2019), na qual estudantes, ao desenvolverem atividades com idosas institucionalizadas, puderam vivenciar a aprendizagem por meio da escuta qualificada, da empatia e da construção de vínculos intergeracionais. Essas práticas são essenciais para a consolidação de uma formação médica crítica, reflexiva e socialmente comprometida (Quadro 1).

A seguir, apresenta-se uma síntese da trilha de aprendizagem desenvolvida no 3º período, com base na temática da saúde do idoso.

Quadro 1 – Etapas da trilha de aprendizagem de extensão no 3º período - Saúde da Pessoa Idosa - Curso de Medicina, Universidade Tiradentes, Sergipe.

Etapa Formativa	Atividade Principal	Estratégias Metodológicas
Diagnóstico situacional	Visita à ILPI e as instituições que os idosos estavam inseridos	Análise SWOT, coleta de dados qualitativos
Planejamento coletivo	Definição participativa de ações de intervenção	Canva de Projetos, seminários avaliativos

Etapa Formativa	Atividade Principal	Estratégias Metodológicas
Ação extensionista	Atividades lúdicas e funcionais	Oficinas educativas
Avaliação e devolutiva	Relatório e apresentação	Portfólios e rodas de feedback

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A vivência extensionista, portanto, ultrapassa a dimensão operacional e passa a compor o núcleo formativo do currículo médico, ao propiciar o desenvolvimento de competências como empatia, trabalho em equipe, escuta qualificada e responsabilização social. Ao serem inseridos em territórios reais, os estudantes são desafiados a compreender e atuar sobre os determinantes sociais da saúde, exercitando, desde a graduação, o papel transformador do médico no âmbito da atenção primária e da saúde coletiva (Accetta *et al.*, 2023; Simões *et al.*, 2023).

Relação com metodologias ativas de Ensino-Aprendizagem

Segundo Moran (2015), as metodologias ativas favorecem uma aprendizagem mais significativa ao envolverem o estudante de forma cognitiva, emocional e prática, transformando-o em protagonista de sua própria trajetória formativa. Nessa linha, Bacich e Moran (2018) enfatizam que tais estratégias propiciam maior engajamento, desenvolvem a autonomia intelectual e favorecem a internalização de conhecimentos relevantes e duradouros.

A experiência docente em projetos de extensão tem demonstrado que o uso de metodologias ativas não apenas potencializa a aprendizagem, mas também transforma o próprio papel do estudante de Medicina. Ao serem desafiados a atuar em contextos reais, os discentes experimentam a complexidade das situações de saúde e reconhecem a importância de integrar o saber técnico-científico com a escuta sensível, o respeito ao território e a construção compartilhada do cuidado.

A prática extensionista, tal como vivenciada em trilhas formativas no curso, amplia o campo de significados do processo educativo ao inserir a comunidade como coautora das ações. Essa perspectiva dialoga diretamente com Zabala (1998), que propõe uma pedagogia crítica e contextualizada, na qual o conteúdo curricular deve estar vinculado à realidade social e cultural dos alunos. Essa integração entre teoria e prática favorece a formação de profissionais mais empáticos, atentos às singularidades dos sujeitos e comprometidos com os princípios do SUS.

Nesse sentido, as estratégias pedagógicas adotadas – como a aprendizagem baseada em projetos, a problematização de situações vividas em campo e os momentos de reflexão coletiva – têm se mostrado eficazes para o desenvolvimento de competências essenciais na prática médica contemporânea. Dentre elas, destacam-se a escuta ativa, a empatia, a comunicação eficaz e a tomada de decisão compartilhada. Essas competências, frequentemente citadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2014), são mobilizadas de maneira concreta nas ações extensionistas, que desafiam o estudante a tomar decisões éticas, a compreender os determinantes sociais da saúde e a estabelecer relações colaborativas com diferentes atores sociais.

Do ponto de vista docente, observa-se que a mediação no processo de aprendizagem requer uma postura sensível, aberta ao diálogo e comprometida com a formação integral do estudante. A escuta das vivências dos alunos e o acompanhamento reflexivo das atividades de campo tornam-se instrumentos poderosos para fomentar não apenas o aprendizado técnico, mas também o amadurecimento humano e ético dos futuros médicos. Assim, o ensino por meio da extensão não se resume a uma estratégia metodológica, mas se consolida como um verdadeiro compromisso político e formativo

Resultados e impactos da prática docente de Extensão para o curso de Medicina

Atualmente, os métodos de ensino vêm passando por transformações que exigem a ampliação de práticas integrativas, favorecendo a interação entre discentes e a comunidade. Nesse contexto, a extensão universitária assume um papel fundamental ao aproximar a sociedade da tríade univer-

sitária (ensino, pesquisa e extensão), permitindo que os alunos articulem os saberes acadêmicos com as diversas demandas sociais (Rios; Caputo, 2019). Essa aproximação dos estudantes com a realidade social proporciona uma vivência humanística e responsável, contribuindo significativamente para o processo de aprendizagem. Ao vivenciarem essas experiências, os alunos desenvolvem protagonismo e diversas habilidades essenciais para sua formação profissional e pessoal (Santana *et al.*, 2021).

Diante desse cenário, os docentes têm um papel crucial ao orientar os alunos nesse processo, sendo necessário que estejam devidamente capacitados, superando o modelo tradicional de ensino centrado apenas na transmissão de conteúdo. No entanto, muitas instituições de ensino ainda enfrentam dificuldades para avançar nessa direção, principalmente devido à falta de investimentos na formação docente (Perim *et al.*, 2009).

Entre as práticas pedagógicas desenvolvidas no meio acadêmico, destacam-se as metodologias ativas, que têm como objetivo transformar a formação médica. Essas metodologias colocam o aluno como protagonista do próprio aprendizado, promovendo autonomia, formação ética e responsável, além de favorecer a integração entre as diversas áreas da saúde, o que resulta em melhores condições de atendimento e promoção da saúde para a comunidade (Soares *et al.*, 2024).

Considerações Finais

A docência desempenha um papel essencial na formação de profissionais comprometidos com a sociedade, pautados pela ética e pelo pensamento crítico. Quando associada à extensão universitária, a prática docente adquire relevância ainda maior, contribuindo significativamente para a construção de uma formação profissional mais humanizada. A integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais, revela-se como uma estratégia eficiente para o desenvolvimento de competências que serão continuamente aprimoradas ao longo da trajetória profissional.

Ao longo deste capítulo, evidenciou-se que a vivência dos discentes em práticas sociais reais favorece a aprendizagem significativa e estimula o protagonismo estudantil na busca por soluções para demandas concretas da população, nos diversos campos de atuação da medicina.

A participação dos estudantes em comunidades, instituições de longa permanência e espaços públicos e privados promove, além da formação técnica, o desenvolvimento de competências como escuta ativa, empatia, trabalho em equipe e pensamento crítico, características fundamentais para a humanização do cuidado em saúde (Almeida *et al.*, 2019; Santana *et al.*, 2021).

O desenvolvimento dos discentes nas práticas extensionistas, com o apoio e orientação dos docentes, fortalece a articulação entre os pilares universitários. A aprendizagem, mediada por metodologias ativas, associada à vivência prática em contextos reais, promove a aplicação concreta do conhecimento e o exercício da cidadania. Nesse processo, o docente assume papel central como mediador crítico e sensível, cuja atuação exige capacitação contínua e reconhecimento institucional (Perim *et al.*, 2009; Costa *et al.*, 2021).

Além de fomentar a autonomia discente, a prática extensionista permite a interdisciplinaridade entre profissionais de diferentes áreas, o que fortalece o trabalho colaborativo e favorece a integralidade do cuidado. Almeida (2023) destacou a relevância dessa articulação entre saberes no enfrentamento de desafios diversos, especialmente em contextos sociais complexos.

Diante do exposto, destaca-se a importância de garantir a continuidade e o fortalecimento das ações extensionistas, aliadas aos investimentos na formação docente. Esses elementos são essenciais para consolidar uma educação médica voltada para uma prática em saúde mais justa, ética e transformadora.

Referências

ACCETTA, Victor G.; *et al.* **Ensino por meio da vivência prática:** relato de experiência na atenção primária à saúde. *Revista Extensão*, v. 7, n. 2, 2023.

ALMEIDA, S. M. V.; *et al.* Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, supl. 1, p. 672–680, 2019.

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 jun. 2014.

COSTA, L. F.; *et al.* **Extensão Universitária como prática educativa na promoção da saúde: revisão integrativa**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/qx3kbgjhtjphqrdzgz4b8xb/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2018. Disponível em: <https://forproex.ufop.br/>. Acesso em: 09 jul. 2025.

LOPES, A. M.; *et al.* *Curricularização da extensão universitária no ensino médico: o encontro das gerações para humanização da formação*. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 48, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/dfkjt6sgyznfzkkxylp85g/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MONTEIRO, R. S.; *et al.* **A importância da extensão universitária na formação médica: relato de experiência em comunidades ribeirinhas**. *Revista Fisioterapia e Terapias*, Porto Velho, v. 12, n. 3, p. 45-53, 2022. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-da-extensao-universitaria-na-formacao-medica-relato-de-experiencia-em-comunidades-ribeirinhas-do-baixo-rio-madeira-porto-velho-ro/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3vxuoql>. Acesso em: 11 jul. 2025.

OLIVEIRA, L. M. **A extensão universitária como eixo formador na graduação em Medicina**. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 45, n. 1, 2021.

PERIM, Gianna L.; *et al.* **Desenvolvimento docente e a formação de médicos.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, Londrina, v. 33, n. 1, supl. 1, p. 70–82, 2009.

RIOS, David Ramos da Silva; CAPUTO, Maria Constantina. **Para além da formação tradicional em saúde:** experiência de educação popular em saúde na formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Salvador, v. 43, n. 3, p. 184–195, 2019.

SANTANA, R. R.; *et al.* **Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde.** *Educação & Realidade*, v. 46, n. 2, e98702, 2021.

SANTANA, Regis R.; *et al.* **Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SANTOS, D. F.; ALMEIDA, C. R. **Educação interprofissional e extensão universitária:** conexões e diretrizes para a educação superior em saúde. *Educação em Revista*, v. 39, 2023. Disponível em: <https://periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17718>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SILVA, J. P.; *et al.* **Reflexões sobre a educação médica e extensão universitária:** experiências de um projeto de extensão paulistano. *Revista de Extensão e Estudos Interdisciplinares*, Uberlândia, v. 11, n. 2, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/74069>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SIMÕES, I. F.; *et al.* **A importância de ações integradas em saúde para a formação de alunos de medicina e para a comunidade: um relato de experiência.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 2, 2023.

SOARES, Mariano F.; *et al.* **Metodologias ativas em projetos de extensão:** impacto na aprendizagem e engajamento estudantil. *Revista Multidisciplinar do Centro Universitário fipmoc*, Montes Claros, v. 37, n. 3, p. 1–8, jun. 2024.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA MEDICINA: ENTRE OS DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES

Guilherme Caxico de Abreu

Felipe Mendes de Andrade de Carvalho

A extensão universitária desempenha um papel crucial na integração entre ensino, pesquisa e sociedade. Conforme estabelecido pelo Ministério da Educação, a extensão visa promover a troca de saberes entre a universidade e a comunidade, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a transformação social (Brasil, 2007). No âmbito da Medicina, a implementação de atividades extensionistas representa uma oportunidade para que os estudantes vivenciem a realidade social, desenvolvendo habilidades práticas e humanísticas essenciais para a formação médica. Estudos recentes destacam que a participação em projetos de extensão permite aos alunos aprimorar competências como comunicação, empatia e trabalho em equipe (Carrijo *et al.*, 2024; Kawakami *et al.*, 2024).

Entretanto, a inserção da extensão no currículo médico também apresenta desafios significativos. A adaptação das metodologias de ensino, a necessidade de articulação com serviços de saúde e a resistência a mudanças por parte de docentes e discentes são obstáculos frequentemente encontrados (Carrijo *et al.*, 2024). Além disso, a escassez de recursos e a sobrecarga de atividades acadêmicas podem comprometer a efetividade das ações extensionistas (Lima, 2012).

Apesar desses desafios, os ganhos proporcionados pela extensão universitária são evidentes. A experiência prática em comunidades permite aos estudantes compreender as reais necessidades da população, promovendo uma formação mais crítica e comprometida com a saúde coletiva (Kawakami *et al.*, 2024). Além disso, a interação com diferentes saberes enriquece o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de profissionais mais humanizados e preparados para atuar em contextos diversos (Carrijo *et al.*, 2024).

Este capítulo tem como objetivo explorar as nuances da implementação da extensão universitária no curso de Medicina, analisando os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e os resultados alcançados. A partir da vivência de docentes e discentes, busca-se refletir sobre o impacto da extensão na formação médica e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e saudável.

Vivência discente e docente frente a Extensão Universitária

Este relato de experiência foi elaborado a partir da vivência conjunta de um discente e um docente do curso de Medicina de uma universidade particular localizada em Sergipe. A vivência refere-se à implementação da atividade extensionista integrada à nova matriz curricular em processo de implantação, com o objetivo de promover uma formação acadêmica que dialogue com as demandas sociais contemporâneas.

A sistematização da experiência ocorreu por meio de observações diretas, registros reflexivos realizados pelos próprios participantes e diálogos, formais e informais, entre eles durante o desenvolvimento da atividade. Considerando que os autores estavam inseridos e atuantes no contexto descrito, adotou-se uma abordagem narrativa e subjetiva que privilegia a perspectiva dos sujeitos envolvidos e enfatiza as dimensões pedagógicas mobilizadas.

Na perspectiva do docente, a extensão é compreendida como uma prática educativa transformadora, na qual o ensino, a pesquisa e a intervenção social se intercalam, promovendo o desenvolvimento mútuo. Segundo Kochhann (2021), a extensão universitária é uma prática voltada para a emancipação dos sujeitos, sendo que suas ações não devem se restringir a experiências práticas, mas sim a um processo contínuo de produção compartilhada de conhecimento.

Entretanto, a curricularização da extensão, como proposta pela legislação vigente, apresenta uma série de desafios, principalmente para o corpo docente. Conforme apontam Ohira e Souza (2024), a curricularização impõe uma pressão adicional sobre os docentes, que devem equilibrar as demandas da pesquisa, ensino e extensão, sem que isso prejudique a qualidade das atividades acadêmicas. A necessidade

de elaboração de projetos interdisciplinares que atendam aos critérios exigidos pela legislação pertinente, bem como a criação de instrumentos de avaliação que contemplem a aprendizagem por competências e o impacto social, são fatores que exigem tempo e dedicação dos docentes. Além disso, as limitações de carga horária, especialmente em cursos noturnos, dificultam a expansão de parcerias e dedicação plena às atividades extensionistas, exigindo uma gestão eficiente do tempo e dos recursos disponíveis.

A chegada da geração Z à universidade também apresenta novos desafios para os professores que atuam na extensão. De acordo com Reed (2025), os estudantes dessa geração têm expectativas claras em relação à flexibilidade e à personalização do ensino, buscando experiências que estejam diretamente alinhadas aos seus interesses e valores. A geração Z é caracterizada por sua alta conectividade digital e seu desejo de resultados rápidos e concretos. A Pearson Higher Education (2023) aponta que essa geração prefere experiências de aprendizagem que sejam práticas, com retornos palpáveis, como protótipos ou campanhas sociais, e que ofereçam um impacto tangível na comunidade. Assim, o professor extensionista precisa adaptar suas metodologias, utilizando tecnologias interativas e criando experiências de aprendizagem que integrem teoria e prática de maneira significativa.

Nesse sentido, os docentes precisam considerar algumas estratégias para adaptar as atividades de extensão às características e expectativas da geração Z. Uma delas é a implementação de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o *design thinking*, que incentivam os alunos a resolverem problemas reais de maneira criativa e colaborativa. De acordo com Ohira e Souza (2024), essas metodologias são eficazes para envolver os alunos em atividades extensionistas, pois permitem que eles se tornem protagonistas do seu aprendizado, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades das comunidades em que atuam. Além disso, a integração de plataformas digitais e o uso de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de serviço-aprendizagem e redes sociais, são formas de manter os estudantes engajados e permitir que eles compartilhem suas experiências com um público mais amplo.

Neste sentido, a adaptação das atividades de extensão às novas exigências da geração Z envolve também uma abordagem mais flexível em relação à carga horária e ao formato das atividades.

Por fim, o professor extensionista precisa estar atento ao bem-estar dos estudantes e às questões relacionadas à saúde mental e desenvolvimento acadêmico que o envolvem. A pesquisa de Reed (2025) revela que essa geração está particularmente preocupada com questões de saúde mental e equilíbrio entre vida pessoal e acadêmica. Assim, a integração de práticas de cuidado, como rodas de conversa, apoio psicopedagógico e atividades de *mindfulness*, nas atividades de extensão, pode contribuir para a criação de um ambiente mais saudável e acolhedor para os estudantes, favorecendo a sua participação ativa e o seu desenvolvimento integral.

Em suma, os desafios que envolvem a extensão universitária, na perspectiva do professor, são múltiplos e complexos. A curricularização da extensão, a adaptação às novas tecnologias, às demandas da geração Z, e a busca por soluções criativas para a melhor condução do componente curricular são questões que exigem reflexão e ação contínuas. No entanto, esses desafios também representam oportunidades para a inovação pedagógica e para o fortalecimento do papel social da universidade, tornando as ações de extensão cada vez mais integradas e relevantes para a sociedade e alunos.

Na perspectiva do discente, a inclusão de quaisquer alterações de grade curricular costuma vir acompanhadas por ansiedade e apreensão. Fazer Extensão, antes da inclusão da matéria Experiência Extensionista em Medicina como componente regular, era um caminho limitado a ser percorrido, seja por concessão, com o recrutamento por algum docente, seja por submissão original de projeto.

Como, à primeira vista, a nova matéria possa facilitar a participação em ações de extensão pontuais, talvez seja necessário que o aluno aprenda a deixar de lado o espírito competitivo de se conquistar algo acadêmico e recobre o real sentido de uma Extensão: o retorno grato e dedicado às comunidades que permeiam as devidas instituições universitárias, desenvolvendo o profissionalismo.

Transpassada essa primeira barreira, é possível guiar o corpo discente a um mundo gigantesco de possibilidades, ainda que dentro de

eixos temáticos semestrais. São inúmeras possibilidades de parceiros, intervenções e metodologias a serem exploradas e desenvolvidas como ponte entre a Universidade e a Comunidade.

Com a intenção de ajudar ao próximo, os alunos tendem, na verdade, a serem ajudados. O contato direto com projetos fora da rotina habitual ensina como lidar com situações atípicas sem a necessidade de uma intervenção direta da instituição, mas com a certeza de que ela auxiliará, caso seja preciso, a exemplo do não recebimento de produtos por fornecedores ou da ausência de algum convidado especial.

Eric Gardner divide, em sua Teoria das Múltiplas Inteligências, o desenvolvimento cognitivo em oito grandes grupos: Lógico-Matemática, Linguística, Espacial, Corporal-Cinestésica, Musical, Interpessoal, Intrapessoal e Naturalista (Gardner, 1987). É em matérias como a EEM que esses campos podem e são trabalhados em sua completude, atingindo em suas respectivas variações e proporcionalidades um grande leque de desenvoltura.

Como exemplo do supracitado, é possível citar o projeto “GeriAlegria”, desenvolvido e executado por alunos da graduação em Medicina da Universidade Tiradentes, Campus Estância, no ano de 2024. Com a intenção de trabalhar noções de autocuidado em pessoas idosas, os alunos abordaram características psicológicas dos pacientes através da aplicação do Mini Exame do Estado Mental, trabalhando fortemente as inteligências linguística e interpessoal, assim como percursos físicos ritmados, com uso dos campos corporal-cinestésico, musical e espacial.

Com o intuito de manter o bem feito pela atividade para momentos posteriores, as informações coletadas durante sua aplicação foram transmitidas para os coordenadores do grupo social escolhido. Tal iniciativa garante que o projeto não veja seu fim após o fim do semestre, evitando a sensação de inutilidade a longo prazo

Outras intervenções figuram como grandes incentivadoras do sucesso da matéria, as quais transitam desde ações de educação em saúde mais simples, com caráter lúdico, até projetos mais ousados e complexos. A diversidade de possibilidades abre também as portas para que o mundo universitário visite e interaja com variados tipos de públicos da comunidade. Centros de treinamento de artes marciais, unidades básicas de saúde, escolas de futebol e até feiras livres se tornam palco e ponte

para a evolução e a transmissão de saberes, gerando sempre um impulso na vida acadêmica e pessoal dos envolvidos.

Ainda que a Experiência Extensionista conte com vários méritos, alguns pontos precisam ser melhorados. Como prova de realização das atividades, é necessário alimentar uma base de dados com inúmeras informações e etapas muitas vezes ainda repetitivas e aparentemente desnecessárias. Para os alunos bem centrados e que buscam absorver com afinco as indicações docentes, o problema tende a sumir, o mesmo não podendo ser tomado como uma máxima para todo o corpo discente.

Esse é, no entanto, um problema pontual que em muito foi aperfeiçoado durante o tempo decorrido. Desde 2023, que corresponde à implementação de Extensão enquanto 10% da carga horária da graduação em Medicina, a qualidade e a aplicabilidade do componente foram alavancadas gradualmente, levando o tempo necessário para se aprender o que faltava e o que poderia, de fato, ser alterado. Os alunos cresceram junto à EEM, adaptando-se e encontrando sempre uma porta aberta para a conversação com a equipe de coordenação, direção e docência.

Considerações Finais

A introdução da disciplina Experiência Extensionista em Medicina (EEM) no currículo médico representa uma transformação significativa no modelo pedagógico tradicional, ao substituir o enfoque predominantemente teórico por uma prática que aproxima os estudantes da realidade social e comunitária. O relato das vivências docentes e discentes demonstra que, embora a implementação da EEM tenha gerado desafios iniciais, ela se configura como uma experiência enriquecedora e transformadora para todos os envolvidos.

Do ponto de vista dos docentes, a EEM exige uma reinvenção das práticas pedagógicas, demandando maior flexibilidade, escuta ativa e a adoção de metodologias mais dinâmicas e participativas, alinhadas às características da geração Z. O professor passa a ser mais um facilitador do aprendizado, tendo que se adaptar constantemente às necessidades da comunidade e aos imprevistos que surgem no contexto extensionista. Já para os discentes, a experiência extensionista oferece um espaço de aprendizagem significativa, onde desenvolvem competências essenciais

como autonomia, empatia, resolução de problemas reais e trabalho colaborativo, ampliando seus horizontes além da sala de aula.

Embora o processo de curricularização da extensão tenha apresentado obstáculos, como a burocratização das atividades e a adaptação ao novo formato, os resultados obtidos indicam que, com o tempo, houve uma integração crescente da EEM às práticas acadêmicas. Os estudantes, ao interagir com as comunidades, têm acesso a uma formação mais humana e integral, preparando-os para enfrentar a complexidade e a imprevisibilidade da prática médica. A disciplina, portanto, deixa de ser um componente meramente obrigatório, tornando-se uma oportunidade única de desenvolvimento pessoal e profissional.

A Experiência Extensionista em Medicina se revela, assim, um pilar fundamental na formação dos futuros médicos, não apenas como um requisito curricular, mas como um processo de transformação que fortalece o papel social da universidade e o compromisso ético dos profissionais com a sociedade. A continuidade e aprimoramento dessa proposta são essenciais para consolidar a extensão universitária como uma prática educativa integradora, capaz de criar um impacto positivo tanto na formação acadêmica quanto nas comunidades atendidas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: MEC, 2007.

CARRIJO, M. L. R.; FERREIRA, P. S.; NOGUEIRA, P. L. B. **A articulação da extensão universitária com a formação em saúde: desafios e perspectivas**. Revista de Saúde Pública, v. 58, p. 123-133, 2024.

GARDNER, H. **The theory of multiple intelligences**. *Annals of Dyslexia*, v. 37, n. 1, p. 19-35, jan. 1987.

KAWAKAMI, R. M. S. A.; CARRIJO, M. L. R.; SOUZA, T. G. de; FERREIRA, P. S.; NOGUEIRA, P. L. B. **Experiências da implantação**

do programa extensionista integrador na formação médica. *Saúde Coletiva*, v. 14, n. 89, p. 13238-13247, 2024.

KOCHHANN, A.; *et al.* **Extensão universitária e formação docente:** revisão sistemática de literatura. *Em Extensão*, v. 22, n. 2, p. 13-34, 2023.

LIMA, A. M. A. **Extensão universitária:** possibilidades e desafios na formação de médicos. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 36, n. 1, p. 40-46, 2012.

MELO, C. B. *et al.*, **A extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia da COVID-19.** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, e1210312991, 2021.

OHIRA, M. A.; SOUZA, A. V. P. **Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura.** *Revista Práticas em Extensão*, v. 8, n. 2, p. 92-106, 2024.

PEARSON HIGHER EDUCATION. **Modalidade flexível:** a mudança que a geração Z exige na educação. Blog Higher Education, 13 dez. 2023.

REED, B. **Reimagining higher education:** addressing the needs of Generation Z. *The EvoLLLution*, 19 fev. 2025.

O PAPEL DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO HUMANIZADA: CUIDADOS ESTÉTICOS EM PACIENTES EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Cynthia Meireles Batista

Ingrid Borges Siqueira

A extensão universitária é um dos pilares fundamentais da educação superior no Brasil, ao lado do ensino e da pesquisa. Ela propicia um intercâmbio entre a universidade e a sociedade, promovendo um movimento bidirecional de saberes, no qual o conhecimento acadêmico é colocado a serviço da população e, simultaneamente, é enriquecido pelas experiências e demandas sociais (De Lavor *et al.*, 2023).

No âmbito do curso Tecnológico de Estética e Cosmética, a extensão adquire um papel singular, pois atua diretamente em campos relacionados à promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida, alinhando-se aos princípios da integralidade do cuidado (De Azevedo *et al.*, 2024). Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, os projetos de extensão no campo da Estética e Cosmética podem ainda contribuir para metas como a promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), a igualdade de gênero (ODS 5), e a redução das desigualdades (ODS 10) (ONU, 2015). Nesse sentido, a extensão universitária reafirma seu papel como instrumento de transformação social e de formação cidadã, preparando profissionais comprometidos com um exercício ético e socialmente responsável da estética.

No curso de Estética e Cosmética, os projetos de extensão têm se configurado como espaços potentes para o desenvolvimento de competências técnicas e humanísticas. Segundo Ferreira (*et al.*, 2021), tais iniciativas contribuem para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas sociais, preparados para atuar em contextos diversos e comprometidos com a promoção da autoestima, da inclusão social e da equidade. Por meio de ações como oficinas de cuidados com a pele e os cabelos para populações vulneráveis, atendimentos estéticos gratuitos

em comunidades de baixa renda, e programas de educação em saúde e autocuidado, os estudantes vivenciam uma prática profissional ampliada, que transcende os aspectos meramente técnicos da estética.

Além disso, estudos recentes destacam a importância da extensão universitária na construção de um currículo integrador e interdisciplinar. Oliveira e Silva (2023) ressaltam que os projetos de extensão em Estética e Cosmética fomentam a articulação entre teoria e prática, promovendo a reflexão crítica sobre o papel social do esteticista e cosmético no contexto da saúde coletiva. Essa perspectiva é especialmente relevante diante dos desafios contemporâneos relacionados ao envelhecimento populacional, à diversidade étnico-racial e de gênero, e à busca por práticas de cuidado mais inclusivas e sustentáveis.

Desta forma, o objetivo deste estudo é refletir sobre a importância da extensão universitária para a formação técnica e humanizada dos estudantes do curso Tecnológico de Estética e Cosmética

Extensão universitária na estética e impactos na sociedade

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, permitindo a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. No curso de Estética e Cosmética, essa interação se concretiza por meio de ações voltadas ao cuidado com o corpo, à promoção do bem-estar e à valorização da autoestima, inclusive em populações em situação de fragilidade clínica, como pacientes oncológicos.

A atuação extensionista no campo da Estética vai além da prática técnica, trata-se de um cuidado que envolve escuta ativa, empatia e respeito à individualidade do outro. A estética, nesse contexto, torna-se uma ferramenta terapêutica e de reabilitação emocional e social, principalmente em situações de adoecimento, como nos casos de pacientes oncológicos, idosos institucionalizados ou mulheres vítimas de violência (Da Conceição *et al.*, 2020).

De acordo com Silva (*et al.*, 2021), os projetos de extensão no curso de Estética ampliam a compreensão do papel social do esteticista, pois proporcionam vivências que envolvem responsabilidade ética, sensibilidade cultural e compromisso com a transformação social. Essas experiências permitem aos estudantes reconhecerem a estética

como um campo que também pode contribuir para o empoderamento pessoal e o cuidado integral, ressignificando o conceito de beleza sob uma perspectiva mais inclusiva e humanizada.

Para os estudantes, os projetos de extensão também são espaços privilegiados de aprendizagem significativa. Melo e Andrade (2022) defendem que essas atividades promovem o desenvolvimento de competências interpessoais, senso de responsabilidade social, capacidade de atuar em equipe multidisciplinar, tomada de decisão e gestão de conflitos. Ao enfrentarem realidades distintas daquelas vivenciadas em ambientes acadêmicos convencionais, os discentes passam a compreender melhor a complexidade das demandas sociais e a importância de uma estética comprometida com o cuidado humanizado (Silva; Sei, 2021).

A extensão universitária no curso de Estética e Cosmética oferece um amplo leque de possibilidades de atuação junto à sociedade. Os estudantes podem desenvolver ações em práticas integrativas e complementares, como aromaterapia, reflexologia e cromoterapia, que contribuem para a promoção do bem-estar físico e emocional. Projetos de imagem pessoal e orientação sobre autocuidado também são de grande relevância, especialmente em grupos que buscam resgatar autoestima e identidade.

Atividades educativas voltadas aos cuidados de higiene pessoal são igualmente importantes e podem ser direcionadas a diferentes faixas etárias e contextos sociais, reforçando práticas de saúde preventiva. Como destacam Oliveira (*et al.*, 2022), a pluralidade das ações extensionistas em Estética e Cosmética reflete a diversidade das demandas sociais e a capacidade do campo de integrar saberes técnicos, científicos e humanísticos em prol de um cuidado mais inclusivo e transformador.

Estudos recentes apontam que ações extensionistas impactam diretamente a autoestima e a qualidade de vida dos participantes. Em um levantamento realizado por Ferreira e Lima (2020), observou-se que pacientes oncológicos que participaram de oficinas de cuidados estéticos relataram melhorias na autopercepção, no humor e nas relações sociais, demonstrando o potencial terapêutico dessas práticas. Tais resultados evidenciam que a estética, quando praticada de forma consciente e ética, pode contribuir significativamente para o enfrentamento de doenças crônicas, oferecendo conforto, alívio emocional e dignidade.

Portanto, os impactos da extensão universitária na área da Estética são amplos, transformam tanto quem oferece quanto quem recebe o cuidado, contribuem para a construção de uma formação mais crítica e sensível e ampliam o alcance social da universidade, fortalecendo seu papel como agente ativo na promoção da saúde e da cidadania.

Cuidados aplicados no contexto da extensão em Estética e Cosmética

A extensão universitária no campo da Estética e Cosmética oferece um espaço privilegiado para a aplicação e disseminação de múltiplas formas de cuidado, indo muito além das técnicas tradicionais de embelezamento. Ela permite a construção de ações integradas, que valorizam a promoção da saúde, o bem-estar físico e emocional, e a inclusão social. Dessa forma, os projetos de extensão podem atender a diferentes públicos e necessidades, ampliando o impacto social do curso.

Entre as formas de cuidado possíveis, destacam-se as Práticas Integrativas e Complementares (PIC), reconhecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como recursos terapêuticos que contribuem para a prevenção de doenças e para a promoção da saúde (Brasil, 2018). No contexto da Estética, técnicas como aromaterapia, cromoterapia, reflexologia e massagens relaxantes são frequentemente aplicadas em projetos extensionistas, oferecendo suporte emocional e físico para pessoas em processos de adoecimento ou em situações de estresse e sofrimento psíquico (Oliveira *et al.*, 2022).

Outra vertente importante é o desenvolvimento de projetos voltados à imagem pessoal e à construção da identidade, especialmente junto a populações que enfrentam desafios sociais ou de saúde. Atividades como consultorias de imagem, oficinas de maquiagem corretiva e orientação sobre uso de acessórios e vestimentas têm mostrado grande potencial para resgatar autoestima e favorecer a expressão individual, como relatam Santos e Freitas (2021) em estudos com mulheres em tratamento oncológico e com pessoas trans em processos de transição de gênero.

Os projetos de extensão também incluem ações educativas para a promoção do autocuidado e da saúde preventiva, essenciais para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos. Oficinas de cuidados com a

pele, higiene corporal, saúde das unhas e do couro cabeludo são estratégias frequentemente utilizadas para orientar a população sobre práticas cotidianas que impactam diretamente na saúde e na qualidade de vida (Melo; Andrade, 2022).

Além disso, os cuidados com a higiene pessoal representam uma dimensão fundamental da atuação extensionista, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social ou institucionalização. Projetos que oferecem orientações e kits de higiene, além de atendimentos personalizados, contribuem não apenas para o bem-estar físico, mas também para a dignidade e o reconhecimento social dos participantes (Ferreira; Lima, 2020).

Como observam Oliveira (*et al.*, 2022), a variedade de formas de cuidado desenvolvidas nos projetos de extensão em Estética e Cosmética demonstra a potência transformadora da prática extensionista. Ao integrar conhecimentos técnicos com uma abordagem humanizada, os estudantes e docentes contribuem para a construção de um cuidado mais integral, que reconhece a importância da estética como um direito ligado à saúde, à autoestima e à cidadania.

Relato de experiência: Tratamentos estéticos em pacientes oncológicos

Para a realização do projeto de extensão em cuidados estéticos em pacientes oncológicos, foram estabelecidas parcerias estratégicas com instituições que desempenham um papel fundamental no acolhimento e no apoio a pessoas em tratamento oncológico no estado de Sergipe. Um dos locais de intervenção é uma entidade que, desde sua fundação, atua com forte base no trabalho voluntário, oferecendo suporte humanizado, com o envolvimento diário de mais de 120 voluntários e funcionários.

Outro parceiro essencial é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que presta assistência social e de saúde a pessoas carentes com câncer, não apenas em Sergipe, mas também em regiões vizinhas dos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco. Ambas as instituições foram fundamentais para viabilizar a intervenção, oferecendo espaços, logística e contato direto com os pacientes atendidos, fortalecendo assim o caráter humanizado e inclusivo da ação extensionista.

O projeto de extensão teve como objetivo realizar um diagnóstico das principais disfunções dermatológicas desencadeadas pelos tratamentos oncológicos, como a quimioterapia e a radioterapia, a fim de propor uma intervenção estética baseada em cuidados seguros e adequados para esse público.

A proposta foi identificar as alterações mais frequentes na pele e em seus anexos, tais como ressecamento cutâneo, alopecia, hiperpigmentação, fragilidade ungueal e capilar e, a partir desse levantamento, promover ações personalizadas de cuidado, com a utilização de cosméticos e componentes cosméticos indicados para peles sensibilizadas e fragilizadas pelo tratamento oncológico. A intervenção visou contribuir não apenas para a melhora da saúde da pele, mas também para a recuperação da autoestima e do bem-estar emocional dos participantes, respeitando as necessidades e especificidades de cada paciente.

O desenvolvimento do projeto foi estruturado em etapas, com o intuito de garantir uma intervenção fundamentada e personalizada para o público atendido. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa para aprofundar os conhecimentos sobre disfunções dermatológicas que acometem os pacientes que estão em tratamento oncológico. Na etapa seguinte, foi realizada uma entrevista com os profissionais da área da saúde que atuam diretamente no cuidado de pacientes oncológicos nas instituições parceiras, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e psicólogos. Utilizou-se um questionário objetivo, elaborado pela equipe docente e discente do curso de Estética e Cosmética, com perguntas voltadas para a identificação das principais disfunções dermatológicas observadas nos pacientes em tratamento. O instrumento incluiu itens relacionados a alterações cutâneas (ressecamento, hiperpigmentação, descamação), alopecia, fragilidade ungueal e capilar, prurido, sensibilidade cutânea e outras manifestações.

Com base nos resultados dessa etapa diagnóstica, os estudantes realizaram um levantamento bibliográfico e estudo dirigido sobre os cosméticos e componentes cosméticos mais adequados para o cuidado com a pele e anexos de pacientes oncológicos, considerando os princípios da cosmetovigilância e da segurança dermocosmética para peles sensíveis. Foram explorados ingredientes com propriedades calmantes,

hidratantes, regeneradoras e protetoras, além da avaliação da composição de produtos para minimizar riscos de reações adversas.

Após as etapas de pesquisa e diagnóstico, foram organizadas sessões práticas de atendimento nas sedes das Instituições parceiras, onde os pacientes receberam cuidados personalizados de acordo com suas necessidades específicas. As intervenções incluíram orientações de autocuidado, aplicação de cosméticos selecionados, massagens relaxantes e momentos de escuta e acolhimento, sempre respeitando o estado clínico de cada indivíduo e em conformidade com as orientações das equipes de saúde das instituições.

Dentro das ações de intervenção, um dos momentos mais valorizados foi a orientação sobre o uso seguro da maquiagem e de cosméticos, e a realização de oficinas de automaquiagem adaptadas às necessidades específicas dos pacientes oncológicos. A proposta foi trabalhar a maquiagem não apenas como um recurso estético, mas como uma ferramenta de autocuidado, autoestima e expressão pessoal.

Durante as oficinas, foram ensinadas técnicas simples e seguras para aplicação de produtos, respeitando as condições de pele sensibilizada. Os principais produtos utilizados incluíram: hidratantes faciais e *primers* com ação calmante, bases e corretivos de alta tolerância e livres de fragrância, pós translúcidos finos, blush suave, além de máscaras para cílios e lápis dermatologicamente testados. Também foram abordadas dicas para delinear sobrancelhas, recurso importante para pacientes com alopecia parcial ou total. Todo o processo foi orientado para promover o empoderamento e a autonomia dos participantes, incentivando o autocuidado diário e o resgate da relação positiva com a própria imagem, respeitando o ritmo e o desejo de cada indivíduo, e ao final dos atendimentos, foram entregues aos pacientes cartilhas informativas para o uso correto de produtos cosméticos, que foram elaboradas pelos estudantes do curso.

A implementação do projeto de extensão em cuidados estéticos para pacientes oncológicos gerou resultados significativos tanto para os participantes quanto para a formação dos estudantes envolvidos. A partir da análise inicial dos questionários aplicados aos profissionais da saúde, foi possível identificar como principais disfunções dermatológicas: ressecamento cutâneo intenso, hiperpigmentação, alopecia, fragilidade

e alteração das unhas, prurido e sensibilidade cutânea. Esses dados permitiram que as intervenções estéticas fossem altamente personalizadas e direcionadas às demandas reais dos pacientes.

Durante as sessões práticas, observou-se uma aceitação muito positiva por parte dos pacientes. Relatos espontâneos indicaram que os cuidados proporcionaram alívio do desconforto cutâneo, sensação de relaxamento, melhora da hidratação e aparência da pele e das unhas. Muitos participantes destacaram ainda um impacto positivo na autoestima e no bem-estar emocional, referindo que os momentos de cuidado ofereciam uma oportunidade de atenção individualizada e de reconexão com sua imagem pessoal, muitas vezes abalada pelo processo oncológico.

Os próprios profissionais das Instituições parceiras relataram que a intervenção estética contribuiu para o fortalecimento do cuidado integral, complementando as ações clínicas com um olhar mais sensível e humanizado. Além disso, o projeto favoreceu a construção de um ambiente de acolhimento e escuta qualificada, aspecto valorizado tanto pelos pacientes quanto pelos familiares presentes.

Para os estudantes do curso de Estética e Cosmética, a experiência proporcionou um amadurecimento profissional e pessoal, evidenciado pelo desenvolvimento de competências técnicas específicas para o cuidado de peles sensibilizadas, bem como pela ampliação da empatia, da capacidade de comunicação e da compreensão da importância de um cuidado ético e respeitoso em contextos de vulnerabilidade em saúde.

Considerações finais

O desenvolvimento de ações extensionistas voltadas ao cuidado estético de pacientes oncológicos evidencia o papel transformador da Estética e Cosmética como área de cuidado humanizado, indo além da dimensão técnica para atuar diretamente na promoção da autoestima, do bem-estar e da dignidade das pessoas em contextos de fragilidade em saúde. A experiência relatada demonstrou que, ao aliar conhecimento acadêmico com sensibilidade social, é possível construir intervenções significativas e respeitosas, capazes de contribuir de forma efetiva para a qualidade de vida dos participantes.

Além do impacto positivo percebido pelas instituições e pelos pacientes atendidos, o projeto também cumpriu seu papel educativo e social ao possibilitar que os estudantes se aproximassem da realidade da prática profissional com um olhar ético, empático e fundamentado em evidências. A integração entre ensino, pesquisa e extensão fortaleceu a formação crítica dos discentes e estimulou o compromisso com a cidadania e com a promoção de cuidados integrais.

A experiência confirma, ainda, a importância da extensão universitária como eixo estruturante da formação no ensino superior, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que valoriza o protagonismo estudantil e a conexão entre universidade e sociedade. Assim, projetos como este reafirmam o compromisso da educação estética com o cuidado em sua forma mais completa — aquela que toca a pele, a alma e a dignidade humana.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC-SUS**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a sua implementação nos cursos de graduação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

DA CONCEIÇÃO, C.; *et al.* **As práticas estéticas como estratégia paliativa no tratamento do paciente crônico** - revisão de literatura. *Revista Científica De Estética E Cosmetologia*, 1(2), 56–75, 2020.

DE AZEVEDO, S.A. *et al.* **Extensão universitária: contribuições da estética e cosmética na melhora da autoestima de pacientes oncológicos**. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v.17, n.1, p. 8506-8515, 2024.

DE LAVOR, F.I.G.; *et al.* **Extensão Universitária:** conceituação, fundamentos e implementação. *Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation*, v. 1, n. 1, Jul. de 2023.

FERREIRA, L. CSOUSA, M. C. NASCIMENTO, A. M. **Extensão universitária em Estética e Cosmética:** contribuições para a formação profissional e para a cidadania. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 12, n. 1, p. 155–170, 2021.

FERREIRA, J. S.; LIMA, M. R. **O cuidado estético como apoio emocional em pacientes oncológicos:** impactos de um projeto de extensão universitária. *Revista Saúde em Foco*, v. 12, n. 2, p. 55–68, 2020.

MELO, R. A.; ANDRADE, C. P. **Extensão universitária e formação humanizada no curso de Estética e Cosmética.** *Revista Brasileira de Ensino e Extensão Universitária*, v. 8, n. 1, p. 75–90, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: ONU Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 29 out. 2025.

OLIVEIRA, R. S.; SILVA, D. P.; MARTINS, C. A. **A extensão universitária em estética e cosmética:** múltiplas formas de cuidado e promoção da saúde. *Revista Brasileira de Práticas Integrativas em Saúde e Estética*, v. 6, n. 1, p. 22–35, 2022.

OLIVEIRA, R. S.; SILVA, D. P. **Projetos de extensão em Estética e Cosmética:** desafios e potencialidades na formação para o cuidado ampliado. *Revista de Práticas Integrativas em Saúde e Estética*, v. 5, n. 2, p. 45–60, 2023.

SANTOS, V. M.; FREITAS, G. A. **Imagem pessoal e autoestima:** experiências extensionistas em estética e cosmética com populações vulneráveis. *Revista Extensão em Foco*, v. 4, n. 2, p. 45–60, 2021.

SILVA, A.C.M.; SEI, M.B. **A Humanização na Formação Acadêmica em Saúde:** Perspectiva de Egressos de um Projeto de Extensão. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 3, p. 3-18, jul./set. 2021.

IMPACTO SOCIAL DAS PRÁTICAS INOVADORAS EM PROJETO DE EXTENSÃO (PIPEX) NA NUTRIÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA, O PAPEL DO DOCENTE E OS BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE

Tatiana Maria Palmeira dos Santos

Thais Trindade de Brito Ribeiro

Ticiane Clair Remacre Munareto Lima

A extensão universitária é considerada um dos pilares da universidade, formada pelos processos educativo, cultural e científico, unindo o ensino e a extensão (Siqueira et al., 2019). Essa atividade, que integra ensino, pesquisa e serviços, prestando serviços assistenciais à comunidade, promovendo cursos profissionalizantes e levando, sobretudo, o conhecimento (Rodrigues *et al.*, 2013). A extensão é uma prática diversificada e complexa que transcende a simples disseminação do conhecimento para englobar uma prestação de serviços e difusão cultural que responde às necessidades da sociedade, alavancando a troca de saberes e fomentando a interação social (Souza, 2000). Além disso, esse processo contribui para que estudantes ampliem o conhecimento teórico adquirido em sala de aula em contextos práticos e reais, contribuindo para sua formação integral e cidadã (Jimenez *et al.*, 2023).

No cenário atual, onde os desafios sociais são cada vez mais complexos e demandam soluções integradas, a extensão universitária se apresenta como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações que dialoguem diretamente com as necessidades das comunidades. Por meio de projetos de extensão, a universidade se fortalece no diálogo e nas trocas de saberes que visam transformar a realidade a partir da análise e compreensão da vida e de suas múltiplas vivências. Segundo Paula (2024, p. 102),

a verdadeira educação não se dissocia da experiência concreta, pois a aprendizagem significativa emerge da interação entre o velho e o novo, o conhecido e o desconhecido. A educação, inserida no cotidiano, impacta diretamente o espaço em que se vive, gerando implicações nas práticas sociais e educativas.

Dentro deste contexto, o curso de Nutrição assume um papel de destaque, pois suas ações extensionistas estão diretamente relacionadas à promoção da saúde pública, à educação alimentar, à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida da população. A alimentação e a nutrição podem influenciar positivamente ou negativamente uma série de processos de saúde e processos patológicos, aumentando ou reduzindo o risco de desenvolver diferentes doenças e condições de saúde (Smirmaul, 2023). Dessa forma, por meio da extensão, os estudantes e os profissionais da Nutrição podem atuar na promoção de hábitos alimentares adequados, orientando comunidades sobre escolhas alimentares mais saudáveis, valorizando alimentos regionais e tradicionais e estimulando práticas sustentáveis relacionadas ao consumo e ao desperdício de alimentos.

Diante do exposto, a inclusão da extensão universitária como parte integrante do ensino superior reflete o compromisso das instituições acadêmicas com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Este capítulo se justifica pela necessidade de evidenciar como as ações extensionistas, especialmente no curso de Nutrição, podem contribuir de forma significativa para a promoção da saúde pública, a educação alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental, temas que são essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à alimentação e ao bem-estar coletivo.

Portanto, o enfoque apresentado neste capítulo fundamenta-se na necessidade de consolidar a prática da extensão universitária como uma estratégia para a formação dos estudantes de Nutrição e para propor impactos positivos na sociedade, concretizar a função social da universidade e valorizando o papel do nutricionista como protagonista da mudança social.

Metodologia e Ações Desenvolvidas

O PIPEX (Práticas Inovadoras em Projetos de Extensão) é um componente curricular do curso de Nutrição da Universidade Tiradentes (UNIT), fundamentado na metodologia da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). Seu objetivo é aproximar o ensino da realidade social, por meio da atuação dos estudantes em demandas reais de comunidades, instituições e organizações parceiras. O PIPEX mobiliza alunos e professores a atuarem em diferentes setores da sociedade, como empresas, ONGs, órgãos públicos e comunidades, a partir de parcerias firmadas pela universidade. Desde seu início, o PIPEX vem crescendo em alcance e impacto, estimulando o protagonismo estudantil, o desenvolvimento de competências técnicas, interpessoais e cidadãs, e contribuindo diretamente para a formação profissional.

Os projetos desenvolvidos seguem etapas de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com orientação docente contínua (ONU, 2015). Estruturado em períodos formativos que vão do primeiro ao quinto período, o PIPEX no curso de nutrição está organizado de modo a possibilitar que os estudantes avancem gradualmente em complexidade técnica e aprofundamento na realidade dos territórios. Dessa forma, o PIPEX consolida-se como uma ferramenta eficaz de articulação entre teoria e prática, promovendo uma formação significativa, conectada aos desafios contemporâneos e ao mundo do trabalho.

No primeiro período (PIPEX 1-2), os estudantes do curso de Nutrição da UNIT vivenciaram seu primeiro contato com a realidade social por meio de ações de educação alimentar e nutricional voltadas, sobretudo, para idosos em situação de vulnerabilidade. As atividades aconteceram em ONGs localizadas em comunidades carentes de Aracaju, onde os alunos realizaram diagnóstico dos hábitos alimentares do público e, a partir disso, construíram feiras educativas com o objetivo de promover conhecimentos básicos sobre alimentação saudável, segurança alimentar e práticas sustentáveis no cotidiano alimentar. Entre os temas abordados estavam: hidratação na terceira idade, reaproveitamento integral dos alimentos, higienização de frutas e hortaliças e o papel das fibras na alimentação.

As intervenções foram realizadas por meio de feiras educativas, com estandes temáticos organizados em formato de circuito interativo. Os discentes prepararam e apresentaram materiais educativos diversos, cartilhas, folders, jogos e recursos visuais, utilizando uma linguagem acessível e estratégias lúdicas para promover o engajamento do público e facilitar a compreensão das mensagens por parte do público idoso.

Essa experiência teve um papel formativo fundamental, por ser o primeiro contato dos alunos com a extensão universitária. Além de promover reflexões sobre o papel social da Nutrição, permitiu o desenvolvimento de habilidades como comunicação, empatia, escuta ativa e planejamento pedagógico, contribuindo para uma formação mais sensível às realidades sociais e de saúde das comunidades atendidas.

No período seguinte (PIPEX 3-4), o projeto foi direcionado à promoção de hábitos alimentares saudáveis na infância, com ações educativas realizadas em ambientes escolares. Os estudantes desenvolveram intervenções com foco no público infantil, utilizando metodologias lúdicas e interativas para despertar o interesse das crianças sobre escolhas alimentares mais saudáveis. Durante a intervenção, foram desenvolvidos jogos, brincadeiras, cartilhas e folders, com linguagem adaptada e visual atrativo, favorecendo o engajamento infantil e promovendo o aprendizado de forma leve e significativa.

No período mais avançado (PIPEX 5-6), os estudantes do curso de Nutrição passaram a intervir junto a um público mais específico e com maior conhecimento técnico: os manipuladores de alimentos. Essa atuação expandiu o alcance do curso para diferentes instituições em Aracaju, fortalecendo a inserção da universidade nos serviços de alimentação da cidade. As ações tiveram como objetivo promover boas práticas de manipulação e higienização, contribuindo para a segurança alimentar e a prevenção de riscos sanitários. A partir do diagnóstico das principais fragilidades, os discentes elaboraram oficinas práticas e materiais educativos abordando temas como higienização correta das mãos, superfícies e alimentos, uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e controle de contaminantes. A proposta exigiu dos estudantes um elevado grau de domínio técnico, além de comunicação clara e postura profissional, aproximando-os do cotidiano das

Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) e dos desafios que envolvem a gestão da qualidade nos serviços. Essa experiência permitiu que os alunos compreendessem, na prática, a importância do nutricionista na promoção da saúde coletiva por meio do controle higiênico-sanitário dos alimentos. Ao mesmo tempo, consolidou competências essenciais para o exercício profissional, como liderança, trabalho em equipe e responsabilidade técnica, contribuindo para uma formação alinhada às exigências do mercado de trabalho.

Ademais, os projetos de extensão no curso de Nutrição caminham sempre em articulação com os projetos de escopo fechado ou são desenvolvidos a partir de conteúdos previamente trabalhados em períodos anteriores, promovendo uma integração efetiva entre o conhecimento teórico abordado em sala de aula e sua aplicação prática nos territórios. Essa estrutura permite que o estudante compreenda a relevância social do conhecimento técnico, ao mesmo tempo em que desenvolve competências e habilidades fundamentais para sua atuação profissional. A organização por ciclos e o aumento gradual da complexidade das ações, desde abordagens educativas em contextos mais amplos até intervenções técnicas com públicos específicos, favorecem uma formação progressiva, reflexiva e comprometida com a transformação da realidade social.

Contribuições do PIPEX para os Estudantes

O PIPEX oferece uma vasta gama de benefícios que vão muito além da sala de aula, preparando os estudantes de forma completa para os desafios do mercado de trabalho e para o pleno exercício da cidadania. O programa proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em situações reais, desenvolvendo competências técnicas e práticas essenciais para a formação profissional. Tal prática, proporciona o contato direto com problemas sociais e comunitários, buscando soluções e intervenções, é um grande diferencial (Brasil, 2018).

Ao participar de projetos de extensão, os alunos se envolvem em iniciativas que contribuem efetivamente para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades, o que estimula a proatividade e a responsabilidade social (FORPROEX, 2012). Além disso, a participação no PIPEX incentiva o pensamento crítico e a criatividade,

impulsionando os estudantes a desenvolverem o pensamento científico, a capacidade crítica e a aptidão criativa, buscando novas respostas e soluções para os desafios encontrados (Sandra de Deus, 2020).

Os projetos de extensão frequentemente abordam temas relevantes que impactam a sociedade, contribuindo significativamente para a formação cidadã dos alunos. Além disso, a natureza multidisciplinar de muitos projetos favorece a prática interdisciplinar e interprofissional, ampliando as possibilidades de aprendizado e atuação conjunta entre diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 2018).

A experiência em projetos de extensão efetivamente prepara os estudantes para o mundo profissional, impulsionando-os e motivando-os a explorar oportunidades dentro e fora da universidade, visando fortalecer e elevar suas carreiras. Nesse processo, professores atuam como gestores de projetos, acompanhando e orientando os trabalhos de campo (Silva; Almeida, 2020). Desse modo, a interação com a comunidade, com outros estudantes e professores, e com parceiros externos, promove o networking e a ampliação de horizontes, proporcionando novas perspectivas para os alunos (FORPROEX, 2012).

Por fim, as ações do PIPEX em Nutrição são essenciais para a formação de um nutricionista cidadão, uma vez que proporcionam a humanização da prática ao permitir que os estudantes lidem diretamente com as realidades apresentadas, como educação alimentar e nutricional em crianças e idosos e segurança alimentar. Certamente, tal aprendizado contribui para que compreendam que a nutrição vai além da teoria, englobando aspectos culturais, afetivos e de acesso aos alimentos. Além disso, a experiência aprimora a comunicação dos futuros profissionais, fazendo com que adaptem sua linguagem para públicos diversos.

A extensão também é crucial para a identificação de barreiras reais, como dificuldades financeiras e acesso limitado a alimentos, incentivando a busca por soluções criativas e aplicáveis. Por fim, essas atividades promovem o desenvolvimento do trabalho em equipe e da liderança, essenciais para a gestão de projetos e o futuro desempenho profissional.

Impacto do PIPEX para a comunidade

As ações desenvolvidas no âmbito do PIPEX, fundamentadas nos princípios da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), geram impactos sociais relevantes e duradouros nas comunidades atendidas. O projeto atua promovendo a construção coletiva de saberes, valorizando os modos de vida e a diversidade cultural dos territórios, e fortalecendo a soberania alimentar a partir da escuta ativa e da participação dos sujeitos (Brasil, 2012; Leão, 2013).

Com metodologias dinâmicas e inclusivas, como feiras educativas, oficinas, rodas de conversa e jogos interativos, o PIPEX aproxima o conhecimento científico das práticas cotidianas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Ao reconhecer a alimentação como uma prática social, cultural e política, o projeto reforça o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, sempre com foco na autonomia dos indivíduos e no respeito às suas realidades locais (Brasil, 2011; Brasil, 2012; Brasil, 2014; Leão, 2013).

Entre os principais benefícios gerados pelo PIPEX para a comunidade, destacam-se as ações voltadas à promoção de práticas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, propostas pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Atividades como o reaproveitamento integral dos alimentos, a orientação sobre higienização correta, as feiras educativas com o público infantil e a capacitação de manipuladores de alimentos fortalecem o cuidado com a saúde coletiva (Brasil, 2011).

Essas intervenções contribuem para a prevenção de doenças transmitidas por alimentos e doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à má alimentação e ampliam o acesso à informação em espaços onde essa prática muitas vezes é limitada. A atuação direta junto a instituições sociais, escolas, serviços públicos e comunidades, aliada à valorização do conhecimento técnico e popular, potencializa a efetividade da educação alimentar e nutricional, promovendo a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população (ANVISA, 2004; Brasil, 2014).

O PIPEX, ao promover ações de EAN contextualizadas, também contribui para enfrentar desafios estruturais como os desertos e pântanos alimentares nas comunidades onde atua. Os desertos

alimentares são regiões com baixa disponibilidade de alimentos in natura ou minimamente processados, enquanto os pântanos alimentares são áreas com ampla oferta de produtos ultraprocessados e de baixo valor nutricional, que favorecem práticas alimentares não saudáveis. Ao valorizar a cultura alimentar local, estimular o consumo consciente e promover o acesso a informações qualificadas sobre alimentação saudável, o PIPEX fortalece a autonomia alimentar e a capacidade crítica da população frente ao ambiente alimentar em que está inserida (IDEC, 2019; Brasil, 2022)

A pedagogia dialógica de Paulo Freire também é um pilar estruturante das práticas do PIPEX. Ao adotar uma abordagem horizontal e participativa, baseada no diálogo, na escuta e na valorização da experiência vivida, o projeto fomenta o protagonismo comunitário e fortalece os vínculos sociais. Essa forma de atuação promove a emancipação cultural, fortalece a cidadania alimentar e contribui para a mobilização em torno de políticas públicas que garantam o acesso digno e permanente a uma alimentação adequada e saudável. Dessa maneira, o PIPEX amplia não apenas os conhecimentos técnicos, mas sobretudo os espaços de reflexão crítica e de transformação da realidade alimentar e nutricional dos territórios (Freire, 1974; Brasil, 2012).

Além disso, o PIPEX fortalece a relação entre universidade e sociedade, reforçando o papel da extensão universitária como promotora da saúde, da equidade social e do desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos promovendo uma formação acadêmica crítica e comprometida com os desafios da realidade brasileira. Ao atuar em escolas, instituições de longa permanência, equipamentos públicos de saúde e organizações sociais, o projeto fomenta redes de solidariedade e inclusão, contribuindo para a redução das desigualdades e a transformação coletiva dos territórios (Brasil, 2011; Brasil, 2012; Brasil, 2014)

Contribuições do PIPEX para a Instituição/Universidade

O PIPEX é um pilar estratégico para as universidades, pois fortalece sua missão social e acadêmica, consolidando seu papel na comunidade e na produção de conhecimento. Ele é fundamental para concretizar o tripé universitário, integrando o conhecimento produzido em sala

de aula e na pesquisa com as demandas da sociedade (Brasil, 1988), ou seja, fortalece a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Ao desenvolver projetos que geram impacto positivo nas comunidades, o PIPEX contribui para o impacto social e reconhecimento da universidade. Ele reforça seu compromisso social e aumenta sua visibilidade e reconhecimento perante a sociedade, podendo incluir ações que complementam políticas públicas locais, regionais e/ou nacionais (Castro *et al.*, 2024).

Os projetos de extensão trazem demandas reais para dentro da universidade, estimulando a pesquisa aplicada e a produção de conhecimento relevante e inovador, o que resulta em inovação e relevância acadêmica (Brasil, 2018). Além disso, a participação dos professores na orientação e gestão desses projetos contribui para o aprimoramento do corpo docente, melhorando suas habilidades e atualizando suas práticas pedagógicas (FORPROEX, 2012).

O PIPEX também promove a interação da universidade com diferentes setores da sociedade, como órgãos públicos, empresas e organizações não governamentais, gerando visibilidade e parcerias estratégicas e oportunidades de colaboração (FORPROEX, 2012). Por fim, em muitas instituições, as atividades de extensão promovidas pelo PIPEX são uma parte essencial da matriz curricular dos cursos, garantindo o cumprimento de diretrizes curriculares e atendendo a resoluções e diretrizes do Ministério da Educação (Brasil, 2018).

Considerações finais e Conclusão

A extensão universitária constitui-se como uma dimensão indispensável para a consolidação do ensino superior enquanto agente ativo de transformação social. No contexto do curso de Nutrição, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão proporciona uma formação acadêmica integral, que transcende o domínio técnico e teórico, promovendo o desenvolvimento de competências éticas, críticas e humanizadas nos estudantes.

As experiências vivenciadas no âmbito do PIPEX demonstraram o potencial transformador das ações educativas voltadas à promoção da alimentação saudável e da sustentabilidade, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas. Além disso, tais iniciativas fortalecem os vínculos entre universidade e sociedade, reafirmando o papel social das instituições de ensino superior.

Diante disso, é fundamental destacar a importância do envolvimento ativo dos estudantes nas práticas de extensão, pois essas experiências ampliam sua visão de mundo, desenvolvem habilidades socioemocionais e práticas, e os preparam para atuar com responsabilidade social e sensibilidade frente aos desafios da saúde pública. Essa trajetória formativa contribui para a construção de futuros nutricionistas mais conscientes de seu papel na promoção do bem-estar coletivo e na defesa de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Por fim, os impactos positivos gerados pelo PIPEX tanto no meio acadêmico quanto nas comunidades reforçam a urgência de investir em metodologias pedagógicas que valorizem a aprendizagem significativa, o protagonismo estudantil e o compromisso com a transformação social, consolidando a extensão universitária como um eixo essencial na formação cidadã e profissional.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 1-7, 16 set. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior

Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104231-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Matriz para organização dos cuidados em alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SMIRMAUL, Bruno Paula Caraça. **Alimentação whole-food plant-based e saúde no contexto da medicina do estilo de vida**. *Brazilian Journal of Lifestyle Medicine*, São Paulo, v. 2, p. 1–23, 2023. DOI: 10.61661/BJLM.2023.v2.86. Disponível em: <https://publicacoes.cbmev.org.br/bjlm/article/view/86>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CASTRO, Eliane Maciel; *et al.* **Extensão e impacto social: projeto “Capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade como estratégia de geração de renda e inclusão social”**. *Revista ELO*, v. 2, n. 1, p. 119-130, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/18891>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216079>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre, RS: Gráfica da UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <https://extensao.ufrj.br/index.php/36-definicoes-referencias-e-documentos>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. **Alimentando políticas: entre desertos e pântanos:** quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável. São Paulo: IDEC, 2019.

LEÃO, Marília (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2013. ISBN 978-85-63364-06-7.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 2 jul. 2025.

RODRIGUES, A. L. L; *et al.* **Contribuições da extensão universitária na sociedade.** *Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT*, Sergipe, v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SIQUEIRA, Luiz Victor Pittella *et al.* **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019-2023.** Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, 2019. Acesso em: 18 nov. 2022.

SILVA, Antonio Wardison C.; ALMEIDA, Paulo Fernando (Orgs.). **Curricularização da extensão: compromisso social e inovação.** [S.l.]: Editora Essentia, 2020. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2020/11/extens%C3%A3o-completo-ebook.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, M. das G. **Universidade e sociedade: cenários da extensão universitária?** *In:* REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. *Anais...*, 2000.

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUINDO SOLUÇÕES: UMA ANÁLISE DE EXEMPLOS DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO ENSINO DO DIREITO

Hannah Silva Linhares

João Vitor da Silva Batista

O Direito é ciência social, que emerge da sociedade e deve ser feita para a mesma, de maneira que, ao se debruçar sobre questões e conflitos sociais essencialmente complexos, não deve se contentar em buscar ou sugerir respostas, sugestões e orientações simples. Assim, é ciência que não deve ser estudada, aprendida ou ensinada de forma isolada das constantes mudanças sociais, culturais, comportamentais, políticas, econômicas e tecnológicas que moldam o mundo. Diante dessa complexidade, torna-se essencial que os docentes universitários da área jurídica dominem um repertório metodológico variado, capaz de acompanhar as novas exigências do ambiente acadêmico.

A Constituição Federal, como norma fundamental do ordenamento jurídico, estabelece que o ensino jurídico deve integrar de maneira inseparável as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão (Brasil, 1988). Essa diretriz institui uma proposta formativa que rompe com o tradicionalismo disciplinar, promovendo uma prática pedagógica fundamentada na investigação crítica e criativa, além de reconhecer a pesquisa como prática contínua e princípio estruturante do processo educativo (Silva, 2023).

Durante décadas, o ensino jurídico no Brasil permaneceu preso a um modelo expositivo, concentrado quase exclusivamente em aulas teóricas. Essa abordagem, embora amplamente adotada, não era a única possível, mas foi considerada por muito tempo a mais eficiente. Com o passar dos anos, surgiram tensões entre gerações: de um lado, os defensores do modelo tradicional e, de outro, os que defendem uma renovação metodológica, incluindo práticas participativas.

Esse modelo clássico de ensino jurídico, ainda predominante em muitas instituições brasileiras, tem se revelado ineficiente e ultrapassado, dado que perpetua uma estrutura engessada e segmentada, que restringe a criação de saberes e dificulta a aprendizagem significativa. Dessa forma, torna-se urgente desafiar o paradigma tradicional e investir em novas abordagens e em outros métodos que favoreçam experiências educativas transformadoras e promovam o acesso ao Direito¹ pelas populações historicamente marginalizadas.

Neste contexto, propõe-se neste artigo reflexões e relatos acerca de um ensino participativo em sua vertente teórica, aliado à integração com atividades de pesquisa e projetos de caráter social. A ênfase recai, especialmente, sobre práticas emancipatórias e vivências concretas que articulam conteúdos jurídicos às realidades de comunidades vulnerabilizadas.

A extensão universitária, nesse sentido, se utilizada de maneira a relacionar a universidade e as comunidades, isto é, como ferramenta parte do ensino que ofereça um espaço para uma verdadeira troca de conhecimentos entre esses sujeitos, pode funcionar como opção estratégica para o aprimoramento das competências dos estudantes de Direito. Os exemplos relatados neste trabalho são frutos das experiências dos autores enquanto docentes orientadores de projetos de extensão vinculados ao curso de Direito da Universidade Tiradentes.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, centrada no relato de experiências docentes no contexto da extensão universitária no curso de Direito da Universidade Tiradentes. A metodologia escolhida baseia-se na pesquisa participante (Brandão, 2006), uma vez que os autores atuaram diretamente como professores preceptores em projetos de extensão entre 2023 e 2025.

Utilizou-se o relato de experiência como estratégia metodológica, por permitir a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas vivenciadas e suas contribuições para a formação cidadã dos estudantes, sendo que as informações foram extraídas de registros reflexivos, planos de ação e documentos produzidos ao longo das atividades extensionistas.

¹ Usamos aqui acesso ao Direito referindo-nos à uma abordagem ampla. Isto é, acesso não tão somente ao direito representado pelas leis, pelo judiciário e pelas instituições, mas sim, ao Direito enquanto todas as suas possibilidades inclusive aquelas que se aproximam da materialização da justiça social, categoria do Direito que também se faz presente no ensino e no pensamento pedagógico, aqui, especificamente do ensino jurídico, mas não só nele.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, buscando identificar categorias relacionadas ao engajamento estudantil, inovação metodológica e integração entre ensino, pesquisa e extensão.

O principal objetivo deste estudo é refletir sobre o papel da extensão universitária como um caminho viável para enfrentar a crise do ensino jurídico, promovendo maior participação do discente na efetivação da cidadania.

Além disso, pretende-se fomentar a discussão em torno do ensino jurídico, especialmente no que tange à extensão como mecanismo para romper com o positivismo jurídico dogmático, na medida em que pode incentivar o engajamento estudantil na construção de uma cidadania ativa.

Por fim, busca-se compartilhar experiências pedagógicas vivenciadas em sala de aula, detalhar casos práticos, apontar limitações e, sobretudo, apresentar possibilidades de avanço para um ensino jurídico mais crítico, inclusivo e transformador.

Crise no ensino jurídico e o potencial transformador das metodologias participativas

A crise do ensino jurídico é reconhecida como estrutural e multifacetada, não apenas de ordem institucional, mas também ligada à própria concepção educacional hegemônica. A predominância de um modelo tradicional, sustentado pela dogmática jurídica positivista, enfraquece a capacidade do Direito em dialogar com as transformações sociais e atender às necessidades contemporâneas da população. Com isso, a continuidade do formato reprodutivista compromete o desenvolvimento de uma formação cidadã crítica, impedindo a formação de profissionais capazes de formular soluções criativas e socialmente comprometidas.

A trajetória do ensino jurídico no Brasil é marcada por uma configuração conservadora, profundamente influenciada por interesses elitistas desde os períodos coloniais. Essa influência se consolidou com a formação de juristas na Universidade de Coimbra e se perpetuou com a criação dos primeiros cursos jurídicos no século XIX, moldando um sistema de ensino tecnicista e excludente (Colaço, 2006; Schwarcz, 1993). Tal herança estruturou uma prática pedagógica centrada na reprodução de conteúdos, na exaltação da autoridade docente e na manutenção da ordem vigente, tornando-se resistente à crítica e à inovação.

Esse método de ensino foi tratado por Paulo Freire (2011) como “ensino bancário”, o qual possui esse nome em razão da forma como se executa, uma vez que o professor tem a intenção de “depositar” o conhecimento no aluno para que este, passivamente, o receba. Após essa relação de depósito de conhecimento, o docente necessita “extrair” informações sobre os depósitos feitos e ver seus resultados.

Um método de ensino defasado e que não oferece espaço para o desenvolvimento do ser pensante, reflexivo e sim, forma o alunado a partir da acumulação reprodutiva de conteúdos se adequou bem ao direito que, apesar de ser ciência social, nasceu com a preocupação principal de regular e proteger a propriedade privada. Isto é, regular e controlar os comportamentos humanos em prol da proteção e manutenção da propriedade de uma classe. A partir dessa intenção inicial, quanto mais dogmática a sua aplicação e reprodução, mais fácil seria o controle dos comportamentos e a manutenção de determinados privilégios. Em atenção a esse contexto que experimentamos um sistema jurídico mecanicista, afastado das realidades vividas e que em consequência disso, caminha afastado da justiça social (Capra; Mattei, 2018).

A partir disso, estudiosos como Oliveira e Clementoni (2020) defendem uma reforma do modelo pedagógico, que promova metodologias participativas e permita ao discente desenvolver autonomia intelectual, pensamento crítico e habilidades práticas para lidar com diferentes interpretações do Direito em casos concretos. Esse movimento demanda a substituição de práticas centradas na memorização por abordagens que estimulem o debate, a pesquisa e a vivência comunitária como partes integrantes do processo formativo.

Nesse cenário de reestruturação, a extensão universitária surge como instrumento pedagógico essencial. Ela tem o potencial de representar a integração entre a teoria e a prática, promovendo a aproximação do estudante com a realidade social e com os sujeitos historicamente marginalizados. Dizemos que pode, porque essa condição, no que diz respeito à extensão universitária está sempre em potencial. A depender de como sejam realizados, se não cuidadosos, munidos de uma consciência crítica sobre seus papéis, os processos extensionistas podem também, cooptados pelo modelo hegemônico

reprodutivista, servir à mesma tecnicização e apagamento de conhecimentos outros.

Paulo Freire (1983) ao refletir sobre extensão, convida para que se volte ao significado semântico da palavra e a partir dessa reflexão, traz um importante alerta crítico sobre o fato de que se quem estende, estende algo a alguém – ou até alguém, estaria implícita uma relação de hierarquia nessa relação. Isto é, a universidade (representada nesse caso pelos alunos e alunas) entrega, partilha, estende a sua produção de conhecimento às comunidades que não ocupam o lugar universitário. Considerando que o próprio termo carrega esse sentido desigual, e também, estabelecendo que não é isso que se deseja, é preciso uma formação atenta, crítica e especialmente continuada para que se entenda os seus erros e corrija-os bem como partilhe e celebre os seus acertos. Se o que se quer evitar é a propagação de relações de hierarquia entre os conhecimentos e em consequência o epistemicídio diante dessas relações de poder que os envolvem, ao desenvolver essa ponte entre a universidade e as realidades que não conseguem acessá-la é preciso almejar um diálogo, uma partilha e não somente uma entrega.

A busca, portanto, é não apenas pelo contato direto com as comunidades, mas também a ressignificação do papel da universidade como espaço de transformação social e de escuta ativa (Colaço, 2006; Silva, 2023). Para além do estudante, também o docente participa desse processo de transformação, mesmo quando oriundo de uma tradição pedagógica mais conservadora. Ao orientar projetos extensionistas, os professores também têm a oportunidade de refletir criticamente sobre sua prática e de reconstruir, junto aos discentes, novas formas de ensinar e aprender.

Nesse sentido, a normativa referente à extensão universitária no Brasil busca consolidar a extensão como dimensão obrigatória da formação superior, estimulando o compromisso ético, político e social da formação universitária.

No entanto, a resistência conjuntural de que seja saudavelmente estabelecida a relação universidade-comunidades especialmente no ensino jurídico, ainda representa um obstáculo à efetivação de suas potencialidades formativas. Essa negligência contribui para a perpetuação da chamada “constituição simbólica”, onde há dissociação

entre os dispositivos normativos (constituição formal) e sua aplicação concreta (constituição material), esvaziando o papel do Direito como instrumento de emancipação social (Oliveira; Clementoni, 2020).

Isso porque, esse outro paradigma, desafia o estudante que passa a ocupar uma posição central na sua trajetória de formação. Ele deixa de ser receptor passivo de conteúdos e pode torna-se agente ativo no processo de aprendizagem. Paralelamente, o professor assume um papel mediador, responsável por construir ambientes educativos dinâmicos, fomentar o uso de metodologias inovadoras e acompanhar o aluno no seu percurso formativo (Jaeger Júnior, 2008). A aprendizagem, nesse contexto, é concebida como um processo contínuo e transformador, voltado não apenas à qualificação técnica, mas também à construção de uma cidadania ativa, comprometida com os valores democráticos, e mais íntima das realidades experimentadas.

Relatos de experiências extensionistas no ensino jurídico

O dia a dia em sala de aula e as atividades de extensão e pesquisa revelaram a importância da escolha de técnicas de ensino que promovam o engajamento social do futuro profissional do Direito, especialmente em um contexto de desigualdades sociais.

O reconhecimento da crise estrutural e multifacetada do ensino jurídico, conforme discutido no tópico anterior, impõe a necessidade urgente de uma reforma pedagógica que vá além da mera reprodução de conteúdos e do modelo expositivo tradicional. É nesse cenário que as metodologias participativas, emergem como um caminho para superar a ineficiência do modelo clássico e promover uma formação cidadã crítica e engajada, em consonância com a legislação vigente, que estabelece a obrigatoriedade de 10% da carga horária de graduação em atividades extensionistas.

A experiência dos docentes, autores deste trabalho, baseou-se em uma metodologia de aprendizagem baseada nas disciplinas de extensão universitária como meio de execução de metodologias participativas. Para isso, os estudantes de Direito da Universidade Tiradentes com os quais tivemos a aplicação prática, possuem cinco matérias intituladas “Experiência Extensionista” durante o decorrer do curso, que dura cin-

co anos, em atendimento às exigências da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

A experiência dos autores na Universidade Tiradentes, materializa essa visão. Através das disciplinas “Experiência Extensionista”, integradas ao currículo do curso de Direito, os estudantes são imersos em um processo de aprendizagem que une teoria e prática, o que possibilita o espaço para a ressignificação do papel da universidade como um espaço de transformação social e escuta ativa, como pontuado por Colaço (2006) e Silva (2023). A seguir, detalharemos alguns projetos que ilustram essa transição de um ensino jurídico dogmático e positivista para uma abordagem mais crítica, inclusiva com potencial transformador.

Nas fases iniciais, as disciplinas de Experiência Extensionista I e II funcionam como um primeiro contato com a extensão, com o professor orientador desempenhando um papel mais ativo na procura de comunidades. No entanto, a autonomia do discente já se manifesta na possibilidade de sugerir e firmar essas parcerias, iniciando esse diálogo. Essa postura é crucial para que o estudante comece a visualizar a aplicabilidade – ou comumente a inaplicabilidade- do Direito em contextos reais e para que a universidade e o conhecimento que é ali produzido se estabeleça como um polo de transformação social (Colaço, 2006; Silva, 2023), ouvindo as demandas das comunidades que foram marginalizadas pelos mais diversos motivos.

Notáveis projetos desenvolvidos na Experiência Extensionista I, unindo os cursos de Direito, Comunicação Social e Ciências Contábeis, foram realizados em parceria com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no ano semestre 2025.1. Na oportunidade, os discentes criaram projetos interdisciplinares voltados para micro e pequenas empresas locais de Sergipe. Nesse projeto, fora realizado um curso de curta duração que visou capacitar micro empreendedores locais sobre as complexidades da precificação e do controle de estoque. A iniciativa partiu do diálogo com a comunidade que identificou enquanto dificuldade o fato de que muitos pequenos negócios, por desconhecimento de fundamentos contábeis e tributários, acabam cometendo erros comuns que resultam no pagamento indevido ou excessivo de impostos, o que impacta diretamente sua lucratividade e sustentabilidade.

Os estudantes de Direito, atuando como facilitadores, desenvolveram o conteúdo programático com enfoque prático nos erros comuns que levam ao aumento da carga tributária. A abordagem multidisciplinar foi crucial para a análise das incidências tributárias, detalhando as principais incidências tributárias sobre a compra e venda de produtos, desmistificando conceitos.

O curso abordou técnicas simples e eficazes de controle de estoque, demonstrando a relação direta entre um bom gerenciamento e a definição de um preço de venda justo e competitivo. Exemplos práticos foram utilizados para ilustrar como a sub ou superprecificação, ou a falha no registro de entradas e saídas, pode levar a um lucro menor ou a um recolhimento de impostos maior do que o necessário.

Um diferencial do projeto foi a parceria estratégica com um profissional da área de Ciências Contábeis. Este especialista trouxe uma vivência prática inestimável, compartilhando casos reais de clientes microempreendedores que enfrentaram problemas fiscais ou financeiros devido à má gestão de seus custos, precificação e estoque. Essa colaboração permitiu aos participantes não apenas absorver o conhecimento teórico, mas também compreender as consequências reais de uma gestão deficiente.

Ao final do curso, os microempreendedores relataram maior segurança para lidar com a precificação de seus produtos e um melhor entendimento sobre a importância do controle de estoque para a saúde financeira de seus negócios e o cumprimento de suas obrigações fiscais. Para os estudantes de Direito, a experiência proporcionou uma compreensão aprofundada da interface entre o Direito Tributário e as Ciências Contábeis, além de desenvolver habilidades de comunicação, planejamento e atuação prática em um contexto de responsabilidade social. Este projeto reforça a ideia de que a universidade, através da extensão, pode ser um agente transformador direto na economia local, capacitando e empoderando pequenos empreendedores.

Esse projeto demonstrou para os alunos e também para a comunidade os benefícios em diminuir o distanciamento entre a academia e a realidade social, combatendo o que Oliveira e Clementoni (2020) denominam de “constituição simbólica”, onde as normas jurídicas não se materializam na vida das pessoas. Os estudantes, ao invés de meros

“receptores passivos de conteúdos”, como criticado por Freire (2011) no “ensino bancário”, tornaram-se agentes ativos na produção e partilha de um conhecimento científico, sim, mas também embasado nas necessidades reais de uma comunidade específica.

A ideia é que com o passar dos anos no curso, o grau de autonomia dos discentes fique cada vez mais elevado, pois são eles ficam inteiramente responsáveis por mais etapas da criação do projeto, diminuindo a necessidade de auxílio e fazendo com que as intervenções do professor fiquem mais pontuais. Essa fase exige maior proatividade e capacidade de diagnóstico social, que por sua vez precisa de uma capacidade de diálogo com a comunidade que verdadeiramente, é quem aponta os problemas e descrevem as realidades. Assim, alinha-se à visão de que o estudante deve se tornar um “agente ativo no processo de aprendizagem” e o professor um “mediador” (Jaeger Júnior, 2008).

Um caso exemplar dessa etapa, que demonstra a versatilidade e o caráter multidisciplinar da extensão, foi o projeto “O uso da LGPD para sistemas de academias”. Realizado em uma academia local em Aracaju/SE, este projeto uniu a expertise dos cursos de Ciência da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Direito. O objetivo principal era partilhar com a equipe da academia sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e implementar as adequações necessárias para evitar desconformidades com a legislação por falta de entendimento ou acesso à informações.

Os desafios enfrentados por academias em relação ao tratamento de dados pessoais são significativos. Muitos estabelecimentos desconhecem as obrigações impostas pela LGPD, o que pode gerar riscos jurídicos e danos à reputação. Foi nesse contexto que os alunos, com o apoio dos docentes, desenvolveram um plano de ação abrangente, a partir desse diagnóstico feito juntamente com a comunidade.

Os estudantes realizaram uma prévia reunião com os responsáveis pela academia, focada nos fundamentos da LGPD, abordando conceitos como dados pessoais, dados sensíveis, direitos dos titulares, princípios do tratamento, bases legais e sanções. A linguagem foi adaptada para o público não-jurídico da academia, utilizando exemplos práticos e situações do dia a dia do negócio.

A equipe assumiu a prestação de serviço de revisão e alteração de todos os contratos utilizados pela academia. Essa revisão teve como foco a inclusão expressa de cláusulas sobre o tratamento de dados pessoais, informando aos clientes sobre a coleta, finalidade, forma de armazenamento e compartilhamento de seus dados, bem como sobre seus direitos enquanto titulares.

Este projeto multidisciplinar ilustra as possibilidades trazidas pelo estreitamento de laços entre a universidade e a comunidade, um caminho para superação do modelo tecnicista e excludente do ensino jurídico, conforme discutido por Colaço (2006). Ao invés de uma abordagem isolada, a colaboração entre as áreas do conhecimento permitiu uma solução mais completa e eficaz para uma demanda real do comunidade.

Os estudantes de Direito não apenas aplicaram seu conhecimento na revisão contratual, mas também desenvolveram uma compreensão mais profunda da intersecção entre o Direito e a Tecnologia. Da mesma forma, os alunos das áreas de computação puderam vislumbrar a relevância jurídica de suas práticas. A busca ativa por soluções, inerente a essa fase da extensão, fomenta o desenvolvimento de profissionais com “autonomia intelectual, espírito crítico e habilidades práticas” para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo, conforme defendem Oliveira e Clementoni (2020).

Seguindo essa mesma linha de autonomia, as Experiências Extensionistas IV e V também se alinham, diferindo-se das demais no que tange à entrega de um produto da extensão. Além da execução do projeto, os alunos precisam inserir também a pesquisa no âmbito extensionista, pois concluem um resumo expandido acerca do projeto na Extensionista IV e um artigo científico na Extensionista V.

Em todas as disciplinas de extensão, os discentes são divididos em grupos de trabalho, que serão mantidos até o final do semestre, ou seja, o aluno contará com esse contato conjunto durante um semestre letivo.

Feitas essas considerações para situar o leitor acerca da organização da extensão universitária no âmbito de execução de trabalho dos autores, passaremos a demonstrar alguns exemplos de projetos extensionistas exitosos na área do direito e em áreas afins.

Considerações Finais

A crise do ensino jurídico no Brasil, marcada pelo elitismo e pelo distanciamento da realidade social, demanda uma transformação profunda. As metodologias participativas e a extensão universitária crítica, realizada de maneira cuidadosa e atenta para geração de um espaço de troca entre a universidade e as comunidades, entre o conhecimento científico e os outros muitos conhecimentos produzidos pelas realidades vividas, emergem como caminhos essenciais para superar o paradigma tradicional, dogmático e tecnicista do ensino do direito, que atrapalha a formação de operadores do direito críticos, capazes de fazer outras leituras de mundo e criar outras realidades para o direito.

A extensão universitária, quando promove a interação dos estudantes com a comunidade, possibilita a lapidação do conhecimento jurídico, mas também, a sua complementaridade a partir da aprendizagem com a comunidade, fomenta a solidariedade, a sensibilidade e uma consciência cidadã ativa e transformadora. É por meio dessas experiências que o estudante de Direito desenvolve as habilidades e competências necessárias para atuar em um contexto social complexo e desigual.

A adoção de uma educação centrada no estudante e no desenvolvimento de competências é crucial para formar profissionais capazes de aprender continuamente e de atuar como cidadãos engajados. Nesse sentido, essa relação universidade-comunidades nos auxilia e conduz ao caminho de superação do dogmatismo jurídico positivista. Esses são imperativos para que o ensino do Direito possa, de fato, responder às demandas sociais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, sobretudo em seu sentido de participação.

É fundamental que as instituições de ensino, os professores e os próprios acadêmicos reconheçam o potencial transformador das metodologias participativas e da extensão crítica. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, o Direito pode se aproximar a tornar-se uma ferramenta de emancipação social, capaz de oferecer respostas efetivas aos problemas que afligem a sociedade brasileira.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. São Paulo: Idéias e Letras, p. 22-54, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação –PNE 2014-2024 e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49 -50.

CAPRA, F.; MATTEI, U. **A revolução ecojurídica: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade**; tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Curtix, 2018.

COLAÇO, Thais Luzia. **Humanização do ensino do direito e extensão universitária**. *Revista Seqüência*, nº 52, p. 233-242, dez. 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JAEGER JÚNIOR, Augusto. **Ensino Jurídico na América Latina**. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2017. DOI: 10.22456/0104-6594.74624. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/74624>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Irene; CLEMENTONI, Myriam Benarrós. **A influência da extensão universitária no ensino jurídico, engajamento acadêmico e cidadania**. In: *Ciências Sociais e Humanidades na Amazônia*, Capítulo 6.

SILVA, Renan Antônio da. **A extensão universitária:** uma experiência de ensino-aprendizagem que ajuda desenvolver as habilidades e competências dos estudantes de direito. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES*, Canoas, v. 11, n. 2, 2023.

Adriana Karla de Lima

Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Pernambuco (1998), mestrado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe (2013). Atualmente é professora titular da Universidade Tiradentes e membro do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Foi coordenadora de Pesquisa (2026) e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Extensão (NIEEX) da Universidade Tiradentes (2025). Tem experiência na área de Farmácia, com ênfase em Farmacognosia, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência farmacêutica, extensão universitária, farmacologia e produtos naturais.

E-MAIL: adrianaklima@live.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9939-4532>

Aline Barreto Hora

Enfermeira com trajetória na pesquisa, ensino e extensão. Mestre em Saúde e Ambiente, com atuação no PPSUS/FAPITEC-SE. Doutora em Ciências da Saúde pela UFS. Especialista em Gestão Social e Políticas Públicas do Patrimônio Cultural pela UFBA. Atuou em projetos com comunidades quilombolas, práticas integrativas e educação em saúde. Docente há 7 anos no ensino técnico e superior.

E-MAIL: aline.bhora@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3930-6475>

Ana Claudia de Ataíde Almeida Mota

Professora universitária com trajetória na formação docente, inovação educacional e gestão da aprendizagem. Doutora e mestre em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atua no ensino superior desde 2011, em modalidades presencial e a distância, com destacada experiência na Universidade Tiradentes. Integra o Núcleo de Desenvolvimento Docente (NDD), onde lidera iniciativas voltadas à capacitação pedagógica de professores e à promoção de práticas de ensino alinhadas à aprendizagem significativa. Atua também como assessora no programa de Gestão da Aprendizagem, contribuindo diretamente

para o acompanhamento do desempenho e desenvolvimento acadêmico dos estudantes ao longo de sua trajetória universitária. Com forte domínio em planejamento educacional, produção de conteúdos para EAD, metodologias ativas e ensino híbrido, alia expertise acadêmica à inovação pedagógica. Possui ainda formação avançada em língua francesa pela Université Marc Bloch (Strasbourg, França), o que amplia sua visão multicultural e seu repertório educacional. Atuou como consultora educacional na Escola Babylândia e docente da educação básica no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, Salvador-Bahia.

E-MAIL: ana_ataide@unit.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8852-2326>

Cinthia Meireles Batista

Farmacêutica, graduada pela Universidade Tiradentes (SE), Especialista em Farmácia Magistral pela Universidade Tiradentes (SE), Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Biotecnologia e Produtos Naturais pela Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO). Membro do Comitê de Assessoramento do ENADE 2023 Estética e Cosmética.

E-MAIL: cbmeireles@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7865-4923>

Felipe Mendes de Andrade de Carvalho

Graduado em Biomedicina pela Universidade Tiradentes (2017), com Mestrado (2019) e Doutorado (2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente. Desenvolve pesquisas na área de compostos bioativos derivados de produtos naturais, com ênfase na otimização de processos de extração, formulação e aplicação de substâncias com potencial citotóxico e antitumoral. Atualmente, ocupa o cargo de Professor Titular na AGES Paripiranga e leciona na Universidade Tiradentes, com atuação voltada à extensão universitária nos cursos de saúde e medicina. É, também, fundador e coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Saúde e Ambiente (GIPESq).

E-MAIL: felipe.mendes91@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7360-7925>

Gabrielle Barrozo Novais Monteiro

Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Tiradentes/SE (2015), mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes/SE (2018) e Doutorado em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes/SE (2022) com experimentos desenvolvidos no Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITP-SE). Professora preceptora de extensão da Universidade Tiradentes desde 2023. Tem experiência em caracterização de polímeros e produtos naturais, lesão medular, espasticidade, histologia e nanotecnologia.

E-MAIL: gabrielle.novais@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7496-8733>

Guilherme Caxico de Abreu

Atualmente é graduando em Medicina pela Universidade Tiradentes (Campus Estância) e exerce o trabalho de tradutor freelancer (inglês-português/português-inglês) de artigos científicos para docentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Exerce ainda função pelo segundo ciclo consecutivo de Diretor de Atividades em extensão com temática de Musicoterapia com crianças com Transtorno do Espectro Autista, assim como também o cargo de co-presidente do Simpósio InterLigas de Estância. Quando em cargos em ligas, exerceu a função de Diretor de Ambulatório e Estágio da Liga Acadêmica de Cardiologia de Estância e, atualmente, ocupa o cargo de Presidente da Liga Acadêmica de Neurologia e Neurocirurgia de Estância, além de estar como ligante da Liga Acadêmica de Cirurgia.

E-MAIL: guilherme.caxico@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0810-1280>

Hannah Silva Linhares

Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes; mestra em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes; doutoranda em direitos humanos nas sociedades contemporâneas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra projeto com bolsa da Fundação de Ciência e Tecnologia portugues (FCT) ;integrante do

Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Filosofias e Sustentabilidade - DhFiloS. Advogada (OAB-SE).

E-MAIL: hannah-linhares@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3241-1512>

Heriberto Alves dos Anjos

Doutor em Biotecnologia Industrial pela Universidade Tiradentes (UNIT), Mestre em Biotecnologia em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Graduado em Nutrição Bacharelado pela UNIT e em Ciências Biológicas Licenciatura pela UFS. Professor titular de Biologia da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Sergipe (SEED-SE), Professor PPGI do Programa de Pós-graduação em Biotecnologia Industrial da Universidade Tiradentes. Foi coordenador de Estágio em Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição e do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologia e Gestão na Produção de Alimentos ambos da Universidade Tiradentes. Também foi coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Extensão (NIEEX) que atua diretamente na curricularização da extensão. Experiência nos cursos de graduação EAD e ensino híbrido, bem como em metodologia de aprendizagem baseada em projeto e baseada em problema nos cursos da área da saúde.

E-MAIL: heribertoanjos@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9234-1085>

Ingrid Borges Siqueira

Possui graduação em Farmácia pela Universidade de Uberaba (2009), mestrado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Sergipe (2017) e doutorado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Sergipe (2023). Atualmente é professora universitária da Universidade Tiradentes. Tem experiência na área de Farmacologia, com ênfase em microbiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: plantas medicinais, atividade biológica, farmacoterapia, política nacional de medicamentos

E-MAIL: ibsiqueira5@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3262-9618>

João Vitor da Silva Batista

Mestre em Direitos Humanos (UNIT/CNPq). Pós-graduado em Advocacia Cível (FMP). Assessor de Magistrado I no Tribunal de Justiça de Sergipe. Professor Preceptor da Universidade Tiradentes (UNIT).

E-MAIL: jvsilvabatista@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9838-3980>

Michelline Roberta Simões do Nascimento

Doutora e Mestre em Educação, professora universitária, atuando na Universidade Tiradentes junto à Pró-Reitoria de Graduação, com foco em avaliação institucional, gestão acadêmica e formação docente contribuindo com pesquisas em educação, tecnologias e contemporaneidade. Tem experiência consolidada em currículos e capacitação docente, dedicando-se à construção de projetos pedagógicos inovadores e à promoção da qualidade na Educação Superior. É membro Banco Nacional de Avaliadores - BASis/INEP, do Conselho Superior de Administração (CONSAD) da Universidade Tiradentes e do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologias e Contemporaneidade (GPETEC).

E-MAIL: micheline_roberta@unit.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2838-2728>

Roseli Pereira Nunes Bastos

Mestre em Comunicação Social e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, ambos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Escola e Comunidade (UFS), Graduada em Comunicação Social - Radialismo (UFS) e Jornalismo (UFS). Professora preceptora de Extensão na Universidade Tiradentes (Unit), com experiência profissional como revisora, produtora para rádio e tv, assessoria de comunicação e de imprensa.

E-MAIL: roseli.pereira@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8012-5484>

Tatiana Maria Palmeira dos Santos

Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (2008) e mestrado em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (2010). Doutora pelo programa de Saúde e Ambiente da Universidade

Tiradentes (2020). Atualmente é professor adjunto I da Universidade Tiradentes, também faz parte do NDE e do colegiado do curso de nutrição da Universidade Tiradentes. É Nutricionista do Hospital de Urgências de Sergipe . Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Análise Nutricional de População, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação nutricional, consumo alimentar, doenças cardiovasculares e suas co-morbidades.

E-MAIL: tatiana.maria@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8424-259X>

Thais trindade de Brito Ribeiro

Possui graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Sergipe (2008) e mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Sergipe (2011) e Doutora em Biotecnologia - Renorbio (2018) e Doutoranda (Atual) . Atualmente é professor da Universidade Tiradentes. Tem experiência na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, com ênfase em Ciência e Tecnologia de Alimentos e Gastronomia, voltado para área de Higiene e Segurança Alimentar, Nutrição e Bioquímica dos Alimentos, Microbiologia, Tecnologias de Alimentos e áreas afins. (Texto informado pelo autor)

E-MAIL: thais.trindade@souunit.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1549-9223>

Ticiane Clair Remacre Munareto Lima.

Nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Mestre (2018) e Doutora (2023) em Ciências da Saúde pelo PP-GCS/UFS. Especialista em Nutrição Clínica Funcional pela Universidade Cruzeiro do Sul (2020). Residência em Saúde do Adulto e Idoso pelo HU/UFS (2014-2016). Professora titular do curso de nutrição da Universidade Tiradentes (UNIT), coordenadora dos estágios do curso de nutrição da UNIT e consultora do Escritório de Empresas da universidade. Principais áreas de estudo e atuação: Nutrição social, disparidades sociais e nutrição clínica e funcional.

E-MAIL: ticiane.lima@ifs.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8022-3727>

LIVRO DIGITAL



acesso aberto

ISBN - 978-65-88303-38-2

DOI - 10.17564/2026.88303.38.2

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO:

EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS
NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

organização

ADRIANA KARLA DE LIMA

HERIBERTO ALVES DOS ANJOS

Unit UNIVERSIDADE
TIRADENTES

 EDITORA UNIVERSITÁRIA
TIRADENTES

www.editoratiradentes.com.br